

**FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Elma Aparecida Vieira**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**  
**um estudo aplicado no Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde**

**GOIANIA- GO**  
**OUTUBRO DE 2013**

**FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Elma Aparecida Vieira**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**  
**um estudo aplicado no Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde**

Dissertação apresentada para Defesa no  
Mestrado em Desenvolvimento Regional das  
Faculdades Alves Faria, sob a orientação do  
Prof. Doutor Jean-Marie Lambert.

**Linha de pesquisa:**  
**Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional**

**GOIANIA - GO**  
**OUTUBRO DE 2013**

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA  
Bibliotecária: Ana Cristina Alves da Silva – CRB-1/1809

V657a Elma Aparecida Vieira.

Agenda ambiental na administração pública: um estudo aplicado no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde / Elma Aparecida Vieira. – 2013.

96 f. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) — Faculdades ALFA, Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2013.

“Orientador: Prof. Dr. Jean-Marie Lambert”.

Bibliografia: 68-73.

**FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Elma Aparecida Vieira**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**  
**um estudo aplicado no Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde**

**AVALIADORES:**

-----  
Prof. Dr. Jean-Marie Lambert  
Orientador

-----  
Prof. Dr. Alcido Elenor Wander  
Membro

-----  
Prof. Dr. Claudécir Gonçalves  
Membro convidado

**GOIÂNIA - GO**  
**OUTUBRO DE 2013**

*Este trabalho é dedicado  
aos familiares, amigos e mestres,  
que contribuíram significativamente para o  
meu crescimento intelectual e pessoal.*

*Agradeço primeiramente a Deus e aos amigos espirituais que me ajudam e assistem sempre.*

*À minha família pela paciência e carinho nos dias de ansiedade e preocupação.*

*Aos meus amigos pelo carinho e incentivo em todos os momentos.*

*Aos meus Mestres, por tudo que me ensinaram.*

*Aos colegas do Instituto Federal Goiano, em especial do Câmpus Rio Verde, pela colaboração e incentivo e por emprestarem generosamente parte de seu precioso tempo e energia para esse projeto.*

*Ao meu orientador Jean-Marie Lambert pela sua presença sempre competente e compreensiva.*

*A todos os colegas de turma, em especial a Núbia Medeiros, companheiros de jornada na busca do conhecimento.*

*“A Terra é capaz de satisfazer as necessidades de todos os homens,  
mas não a ganância de todos os homens”. Gandhi*

*“Até hoje, os grandes problemas da humanidade nunca foram resolvidos por  
decretos coletivos, mas somente pela renovação da atitude do indivíduo.  
Em tempo algum, meditar sobre si mesmo foi uma necessidade  
tão imperiosa e a única coisa certa, como nesta catastrófica.  
época contemporânea.”  
Carl Gustav Jung (1916)*

## RESUMO

VIEIRA, Elma Aparecida. **Agenda Ambiental na Administração Pública**: um estudo aplicado no Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde. Dissertação, 2013. 96f. – Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria. Goiânia, 2013.

Essa dissertação compreende um estudo sobre as práticas de gestão ambiental e a aplicabilidade da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, localizado na cidade de Rio Verde no Estado de Goiás. A A3P foi criada pelo Governo Federal e seu critério de adesão é voluntário por todos os entes da Administração Pública. Objetiva alinhar os entes governamentais às práticas que busquem o desenvolvimento sustentável. O estudo de caso, exploratório com abordagem qualitativa, utilizou a seguinte metodologia: primeiro fez-se a revisão de literatura; em seguida uma breve apresentação da A3P; no terceiro momento foi aplicado um *check-list* junto aos responsáveis pela administração central da instituição e por fim a análise de resultados. Constatou-se a necessidade de adequação das práticas do IF Goiano – Câmpus Rio Verde para promoção da gestão sustentável e social na organização através da educação ambiental reduzindo assim os impactos negativos no ambiente e uma melhor qualidade de vida no trabalho.

**Palavras-chave:** Gestão e Responsabilidade Socioambiental. Legislação Ambiental. IF Goiano - Câmpus Rio Verde.



## ABSTRACT

VIEIRA, Elma Aparecida. **Environmental Agenda in Public Administration**: an applied study at the Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde. Dissertation, 2013. 96f. - Master's degree in Regional Development of Colleges Alves Faria. Goiânia, 2013.

This dissertation comprises a study on the practices of environmental management and the applicability of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) Program at a Brazilian Federal Institute of Education, Science and Technology, located in the city of Rio Verde, Goiás State. A3P Program was introduced by Federal Government and all Public Administration entities can voluntarily adhere to it. The goal of A3P is to align governmental entities to practices aimed at sustainable development. The following methodology has been employed in this exploratory and qualitative approach case study: first a literature review was carried out; then, a brief presentation of A3P was introduced; third, the institution's top managerial staff completed a *check-list*; and finally, the results were analyzed. It was noted the need for appropriateness of the IF Goiano – Câmpus Rio Verde to promote sustainable management and social organization through environmental education thereby reducing negative impacts on the environment and a better quality of life at work

**Key-words:** Management and Socio-environmental Responsibility. Environmental Legislation. IF Goiano – Câmpus Rio Verde.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Abordagem multilateral da Responsabilidade Socioambiental Pública .....	25
Figura 2 – Municípios com Coleta Seletiva no Brasil .....	37
Quadro 1 – Aplicação da pesquisa – Eixo 1 da A3P .....	49
Quadro 2 – Aplicação da pesquisa – Eixo 2 da A3P .....	50
Quadro 3 – Aplicação da pesquisa – Eixo 3 da A3P .....	51
Quadro 4 – Aplicação da pesquisa – Eixo 4 da A3P .....	52
Quadro 5 – Aplicação da pesquisa – Eixo 5 da A3P .....	53
Quadro 6 – Análise integrada do grau de aderência do órgão à A3P .....	55
Figura 3 – Consumo de energia elétrica em 2012 e 2013 .....	58
Figura 4 – Consumo de copos descartáveis em 2012 e 2013 .....	58
Figura 5 – Relação entre as pessoas da equipe .....	61
Figura 6 – Relação entre os colaboradores e o superior imediato .....	62
Figura 7 – Interesse da instituição no bem estar dos servidores .....	62
Figura 8 – Grau de satisfação em relação à quantidade de treinamentos recebidos .....	63
Figura 9 – Grau de satisfação em relação à carga horária de trabalho .....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudo prévio de Impacto Ambiental
IDS	Indicador de Desenvolvimento Socioambiental
IF	Instituto Federal
IN	Instrução Normativa
ISO	International Organization for Standardization
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSA	Responsabilidade Socioambiental
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SGA	Sistema de Gestão Ambiental

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 MUNDO SUSTENTÁVEL .....	15
1.1 Em busca do Desenvolvimento Sustentável .....	15
1.2 Gestão e Responsabilidade Socioambiental .....	22
1.2.1 Responsabilidade Socioambiental no Setor Público.....	23
1.2.2 Responsabilidade Socioambiental Empresarial.....	26
1.2.3 Sistemas de Gestão Ambiental – SGA.....	27
1.2.4 Certificação Ambiental e Rótulo Ecológico.....	29
2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	34
2.1 Eixos temáticos da A3P .....	35
2.2 Como implantar a Agenda Ambiental da Administração Pública .....	39
2.3 Principais Legislações Ambientais aplicadas a A3P .....	41
3. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO A3P .....	47
3.1 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia .....	47
3.2 Descrição do processo de implantação .....	48
3.2.1 Diagnóstico, resultados e discussões .....	49
3.2.2 Análise dos Resultados .....	54
3.2.3 Fases da Implantação .....	56
3.2.4 Resultados alcançados após a implantação da A3P .....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
REFERÊNCIAS .....	69
APÊNDICE A – Fotos do lançamento da A3P .....	75
APÊNDICE B – Fotos do Plantio de 300 mudas de árvores nativas .....	76
APÊNDICE C – Fotos dos adesivos .....	77
APÊNDICE D – Fotos da distribuição do Kit ecológico aos alunos .....	79
APÊNDICE E – Fotos das lixeiras e <i>containers</i> utilizados na coleta seletiva .....	80
APÊNDICE F – Banner e cartaz para ser utilizado nas oficinas de sensibilização .....	82
ANEXO A – Termo de Adesão .....	84
ANEXO B – Questionário de Pesquisa de Clima Organizacional .....	92
ANEXO C – Proposta de treinamento para os servidores do Câmpus .....	94

## INTRODUÇÃO

Os temas sustentabilidade e crescimento social e econômico, já há alguns anos fazem parte do planejamento estratégico de todas as empresas, sejam públicas ou privadas. Não se admite mais a gestão das organizações sem pensar em meio ambiente sustentável. É preciso desenvolver, mas sem destruir o ambiente e esgotar os recursos naturais. Implantar ações ecologicamente corretas nas organizações não é mais uma opção, mas uma necessidade e já existem muitas estratégias focadas no desenvolvimento dessas práticas.

Administração sustentável é a arma eficaz para enfrentar as ocorrências cada vez maiores de catástrofes naturais na Terra. Vários alertas foram dados, e as informações divulgadas fornecem às autoridades opções de como administrar riscos e realizar ações que resultem na utilização racional dos recursos naturais e promovam o desenvolvimento econômico sustentável. A redução de desperdício de materiais já permitiu ganhos significativos para muitas empresas. Várias instituições já estão desenvolvendo programas nesse sentido. Atualmente, a empresa já pensa em seus passivos ambientais e nas formas de como resolvê-los, fator que pode comprometer seu patrimônio e ser determinante na sua permanência no mercado. Da mesma forma, os órgãos públicos estão ampliando sua participação nas questões sócio-ambientais, estruturando seus órgãos ambientais para melhorar seu trabalho nas áreas de licenciamento, fiscalização e educação ambiental.

Em todas as organizações, responsabilidade socioambiental será o ponto alto dos gestores, e o poder público também deve dar sua parcela de contribuição para a preservação do meio ambiente na busca do desenvolvimento sustentável. Para isso, é de fundamental importância que se inicie a implantação de um sistema de gestão ambiental em cada repartição pública, para diminuir os seus impactos ambientais e a geração de resíduos, adotando assim práticas sustentáveis de forma a reduzir os desperdícios.

Dessa forma, faz-se nessa pesquisa uma abordagem sobre a importância dos órgãos públicos adotarem práticas sustentáveis através de um modelo de gestão ambiental proposto pelo Ministério do Meio Ambiente que é chamado de A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública.

O papel que um Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica assume no processo de desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimentos, deve também ser direcionado para a construção de uma sociedade sustentável. Para que isso aconteça, é preciso que os Institutos comecem a incorporar os princípios e práticas de responsabilidade socioambiental a fim de

iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, envolvendo professores, alunos, servidores e gestores.

Por isso, o objetivo geral da pesquisa é descrever o processo de implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P no IF Goiano – Câmpus Rio Verde. Para alcançar o objetivo proposto, têm-se como objetivos específicos: (a) verificar o nível de aderência do Câmpus Rio Verde em relação às ações propostas na Agenda Ambiental da Administração Pública; (b) diagnosticar os problemas ambientais a serem solucionados; (c) adaptar as ações da A3P à realidade do Câmpus; (d) programar a implantação das ações; (e) descrever os resultados do desenvolvimento da A3P no IF Goiano – Câmpus Rio Verde.

Para uma melhor compreensão da pesquisa e seus resultados, a estrutura da dissertação é a seguinte: esta seção introdutória que apresenta a temática da pesquisa, os objetivos geral e específico, a delimitação e relevância da pesquisa, em seguida faz-se abordagem da metodologia aplicada, como também apresenta a estrutura da dissertação. No capítulo 1 faz-se uma revisão de literatura sobre os temas Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental. No capítulo 2 é apresentado um breve estudo sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública e as principais Legislações Ambientais aplicadas à A3P e no capítulo 3 descreve-se todo o processo de implantação da Agenda Ambiental desde o início do projeto em agosto de 2012 até o mês de setembro de 2013.

A trajetória metodológica desta pesquisa iniciou com a seleção de referencial teórico, para composição da revisão de literatura, priorizando os trabalhos com enfoque voltado para *Desenvolvimento Sustentável*: CMMAD (1991), Souza (2006), LAMBERT (2008) e GALLO et al. (2012); *Gestão e Responsabilidade Socioambiental*: Garcia et al. (2008), Tachizawa e Pozo (2010) e Demajorovic et al. (2012); *Responsabilidade Socioambiental em órgãos públicos*: Barata et al. (2007) e Lage (2001); *Responsabilidade Socioambiental Empresarial*: Volpon e Macedo-Soares (2007); *Sistemas de Gestão Ambiental – SGA*: Barbiere et al. (2010) e Barata et al. (2007); *Certificação Ambiental e Rótulo Ecológico*: Barata et al. (2007) e ABNT (2012); *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*: Barata et al. (2007), Huller (2010), MMA (2009); *Principais Legislações Ambientais aplicadas à A3P*: Rêgo et al (2011), Cavalcanti (2012), Teixeira e Azevedo (2013) e Costa e Crespo (2012); *Implantação do Projeto A3P*: Kruger et al (2011); Chiavenato (1999)

A pesquisa possui caráter exploratório, o qual identificou a partir do Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P, as ações possíveis de serem implantadas pelo IF Goiano com base nas necessidades e considerações a serem observadas

pelos gestores nos processos decisórios, atendendo aos objetivos do estudo que é de conhecer com maior profundidade a proposta da A3P.

A partir da análise documental das exigências da A3P e do *check-list* proposto por Kruger et al. (2011) realizou entrevistas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) e a Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), os quais responderam ao *check-list*. Através das respostas foi possível identificar as ações e práticas da instituição que atendem a legislação ambiental e quais eixos temáticos da A3P devem ser implantados, sendo que para a análise dos resultados a fim de responder aos objetivos propostos, identificou-se duas opções possíveis de serem respondidas: “adesão” ou “não adesão”, caracterizando a análise qualitativa de dados. A análise do *check-list* com base na percepção dos entrevistados e do pesquisador possibilitou identificar a aderência do órgão e as observações que justificam cada questão em relação às exigências da A3P.

O estudo de caso desenvolvido compara os objetivos da A3P com as práticas de gestão ambiental da entidade. A Instituição, alvo da pesquisa, oferece educação pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão. A escolha do órgão se deu por questão de acessibilidade. Trata-se de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia localizado na cidade de Rio Verde, no Estado de Goiás, o qual foi instituído por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

# 1 MUNDO SUSTENTÁVEL

Há uma transformação em curso no planeta que precisa ser melhor observada e compreendida. Ela é característica dos períodos de transição, em que novas atitudes e valores desmontam lenta e progressivamente o que antes existia. Somos todos atores de um impasse social, cultivado em um modelo de desenvolvimento que, em uma escala sem precedentes e de velocidade assustadora, vem exaurindo os recursos naturais não renováveis do planeta com impactos negativos sobre a qualidade de vida da população.

Os meios de produção e consumo dos últimos anos constituem o eixo de sustentação desse modelo de desenvolvimento em que se prioriza a maximização dos lucros e o entendimento de que a natureza é apenas fonte de matéria prima e energia, o que gerou os problemas decorrentes da degradação ambiental relativa a utilização predatória do meio ambiente acima da sua capacidade de reposição. Em muitos locais do mundo os povos mais pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem, e com isso empobrecerem seu meio ambiente (CMMAD, 1991).

Os alertas dos grupos ambientalistas sobre as consequências drásticas dessa degradação ambiental são tratados com frequência como uma ideologia não compatível com o processo de desenvolvimento necessário ao bem estar da sociedade atual.

A questão no momento é considerar a natureza como um bem importante a ser preservado com responsabilidade nesse processo de desenvolvimento. É imprescindível que se promova o crescimento econômico assegurando o direito a melhores condições de vida da sociedade atual e também para as gerações futuras.

## 1.1 Em busca do Desenvolvimento Sustentável

Cientistas, escritores e ativistas ligados à causa ecológica entendem sustentabilidade como o conjunto das ações afirmativas dos homens para uma relação equilibrada com a natureza.

Souza (2006) apresenta três dimensões do desenvolvimento sustentável reconhecidos:

**Sustentabilidade Ambiental** o que significa conservar e gerir recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou que são preciosos em termos de suporte de vida. Requer ações para minimizar a poluição do ar, terra e água, e a conservação da diversidade biológica e da herança natural. **Sustentabilidade Social**, o que significa respeitar os direitos humanos e oportunidades iguais para todos. Requer uma distribuição equitativa dos benefícios, como o foco na erradicação da



pobreza. Tem a sua ênfase nas comunidades locais, mantendo e reforçando os seus sistemas de suportes de vida, reconhecendo e respeitando as diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração. **Sustentabilidade Econômica**, o que significa gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efetivo de toda a atividade econômica. Trata-se da viabilidade das empresas e atividades e a sua habilidade de se manterem a longo prazo (SOUZA, 2006, p. 29-30).

Conseguir o desenvolvimento sustentável significa, no fundo, equilibrar a balança dessas três dimensões que são interdependentes e reforçam-se mutuamente podendo às vezes competir entre si.

Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que para efeito deste trabalho se considera como sinônimo de eco desenvolvimento, firma-se em três pilares básicos e principais, que são o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, todos sob o mesmo espírito da harmonia e responsabilidade comum (LERINO et al. 2009).

Embora o meio ambiente sempre tenha sido essencial para a humanidade, a preocupação com o equilíbrio entre a vida humana e desenvolvimento só assumiu dimensões internacionais durante a década de 1970. A idéia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de eco desenvolvimento proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade de Estocolmo, Suécia em 1972. A conferência foi o evento que transformou o meio ambiente em uma questão de relevância internacional. Esta conferência resultou na Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, um documento com 26 princípios que deveriam ser seguidos por todos os países e um Plano de Ação com 109 recomendações que servem ainda hoje como metas importantes a ser atingidas para se praticar sustentabilidade ambiental.

Segundo o relatório Geo Brasil, Integração entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: 1972/2002 (2004) a Conferência de Estocolmo recomendou a criação de um pequeno secretariado como núcleo para ação e coordenação de questões ambientais dentro do sistema das Nações Unidas. Esse órgão foi criado ainda no ano de 1972, com o nome de Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para desempenhar o papel de líder, incentivando parcerias na proteção do meio ambiente e capacitando os países e as pessoas a melhorarem sua qualidade de vida sem comprometer a das gerações futuras. Este evento marca a consolidação na comunidade internacional da consciência ambiental introduzindo definitivamente na agenda internacional o fator meio ambiente como elemento a ser considerado nas questões relativas ao desenvolvimento econômico.

No dizer de Lambert (2008, p. 14) “a conferência de Estocolmo configura o grande divisor de águas, e a Declaração de 1972 passa para a história como certidão de nascimento do ambientalismo”.

Em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, a Assembléia Geral da ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão encarregada de estudar esse tema. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como a Comissão Brundtland, foi criada para realizar audiências ao redor do mundo e produzir um relatório formal com suas conclusões. A comissão examina questões críticas relativas ao meio ambiente, formula propostas realistas para abordá-las e propõe a cooperação internacional no sentido de se orientar políticas e ações capazes de promover mudanças de atitude em indivíduos, empresas, organizações e governos.

Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU um estudo denominado “Nosso futuro comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland. Esse estudo, que defendia o crescimento para todos, buscava um equilíbrio entre as posições divergentes surgidas na Estocolmo-72. Tentando conciliar desenvolvimento e preservação do meio ambiente, surgiu pela primeira vez a concepção de desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 9).

O relatório faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e ressalta os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O documento enfatizou problemas ambientais como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio e expressou preocupação sobre a velocidade das mudanças em exceder a nossa capacidade e habilidades de avaliar e propor soluções. Ao mesmo tempo, o relatório não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas propõe uma conciliação entre desenvolvimento e as questões ambientais e sociais.

Em 1989 foi criado o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas pelo PNUMA e ajudou a se chegar a um consenso sobre impactos sociais, ciência e as melhores respostas ao aquecimento global resultante da ação do homem (LAMBERT, 2008).

A década de 1990 caracterizou-se pela busca por uma melhor compreensão sobre a importância de se promover o desenvolvimento sustentável. A certeza de que havia um número cada vez maior de problemas ambientais no mundo que exigiam soluções

internacionais se tornou mais forte. Foi nesse momento que as indústrias começaram a se compatibilizar com as questões ambientais.

Realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como a Cúpula da Terra, ou Rio-92, contou com a participação de líderes de mais de 170 países, mais de 100 chefes de estado, além de mais de 1.400 organizações não governamentais.

A conferência marca o reconhecimento global de que os padrões de produção e consumo, sobretudo de países desenvolvidos, alcançavam níveis insustentáveis e colocavam em risco a estabilidade de diversos bens e serviços.

A partir da Rio-92 o debate sobre preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas de sustentabilidade entra de vez na pauta de governos, da sociedade civil e do setor privado, impondo-se nas deliberações de organismos, desde conselhos municipais a organizações internacionais. Uma grande variedade de setores da sociedade civil tem hoje envolvimento com a criação de agendas ambientais.

Entre os principais documentos que resultaram da conferência, podemos destacar a Agenda 21, as convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desertificação e a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. A Rio-92 também propôs a Carta da Terra, que é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global sustentável.

Lambert (2008, p. 20) diz, “Agenda 21 defende a luta contra a poluição e a preservação da biodiversidade, mas também exorta à ação no campo sócio-econômico e aborda um leque de temas como pobreza, consumismo, demografia, saúde, papel da mulher e do jovem, etc.”

Na visão do Instituto Vitae Civilis (2013), a Agenda 21 é um processo público e participativo para o planejamento e a implementação das políticas e ações para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é um importante instrumento para a conscientização ambiental e para a mobilização de cidadãos na consolidação da responsabilidade social e no fortalecimento dos mecanismos participativos e democráticos.

A Agenda 21 muito mais que um conjunto de recomendações tem sido difundida como um plano de ação estratégico que visa promover um padrão de desenvolvimento mais justo, harmonizando as questões ambientais, econômicas, sociais e políticas, enfim, todas as áreas em que a ação do homem impacta o meio ambiente. Fez parte da pauta das conferências Rio+5, em 1997, em Nova York, e da Rio+10, a Cúpula de Johannesburgo, em 2002.

Os países signatários comprometeram-se em elaborar suas próprias Agendas com as questões que refletem sua realidade ecológica, econômica, social, tecnológica e política.

A Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas firmada na Rio-92, foi adotada por quase todos os países do mundo com o objetivo de estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera em níveis que não interfiram perigosamente no sistema climático. Adotado em 1997 e ratificado em 2005 como um adendo à convenção, o Protocolo de Kyoto estabeleceu metas e medidas legais para a redução das emissões entre os países signatários do tratado.

Segundo Lambert (2008):

A primeira iniciativa nos anos 70 busca proteger os grandes componentes da natureza e volta sua atenção para o mar, as águas continentais, o ar ou a vida selvagem. A segunda (1980) ataca mais especificamente a problemática dos produtos químicos, resíduos, materiais radioativos e outras substâncias perigosas. A terceira, com início na Rio-92, tende a integrar questão ecológica e desenvolvimento, entronando o conceito de sustentabilidade sócio-econômico-ambiental que indubitavelmente reabilita a sensibilidade antropocêntrica (LAMBERT, 2008, p. 9).

Na prática, se não houver a conscientização e o reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável, sua complexidade e o inter-relacionamento de seus pilares com as diversas questões ambientais, a geração presente deixará para trás solos pobres, falta de água, atmosfera poluída, enfim, um planeta todo alterado e de difícil recuperação.

Em 2007, o Painel Intergovernamental de Mudanças, criado pela ONU para fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas, publicou um relatório fundamental alertando sobre os efeitos das mudanças climáticas e do aquecimento global e ressaltando a importância da mudança do paradigma de geração de energia.

E em 2012 ocorreu a Rio+20, a maior Conferência da ONU já realizada, com ampla participação de líderes dos setores privados, do governo e da sociedade civil, acadêmicos, jornalistas e o público em geral. Mais de 100 Chefes de Estado e de Governo, 188 Delegações de Estados-Membros, ONGs, Delegados, jornalistas totalizando aproximadamente 45.000 participantes.

Houve vários desfechos para a Rio+20. Um documento final de 53 páginas, acordado por 188 países dita o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, embora marque os 20 anos da Rio-92, desloca o foco das discussões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável para economia, governança e sustentabilidade, cujas idéias

centrais encontram-se esboçadas no documento intitulado “O Futuro que Queremos”, da Organização das Nações Unidas, construído com base em dois eixos centrais: (a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e (b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

Segundo o relatório O Futuro que queremos (2012):

Afirmamos que as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem:

- a) Estar em acordo com o direito internacional;
- b) Respeitar a soberania nacional de cada país sobre seus recursos naturais tendo em conta as suas especificidades nacionais, objetivos, responsabilidades, prioridades e espaço político em relação às três dimensões do desenvolvimento sustentável;
- c) Apoiar-se em um ambiente favorável e no bom funcionamento dos estabelecimentos de todos os níveis, com um papel de liderança para os governos e com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil;
- d) Promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo, favorecer a inovação, as oportunidades, benefícios e capacitação para todos e garantir o respeito de todos os direitos humanos;
- e) Levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente aquelas em situações especiais;
- f) Reforçar a cooperação internacional, incluindo a provisão de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento;
- g) Evitar a imposição de condições injustificadas para a assistência pública ao desenvolvimento e ao financiamento;
- h) Não constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional, evitando ações unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da jurisdição do país importador, e assegurar que as medidas de luta contra os problemas ambientais transfronteiriços ou globais, tanto quanto possível, baseiem-se em um consenso internacional;
- i) Contribuir para preencher as lacunas de tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e reduzir a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento, utilizando todas as medidas adequadas;
- j) Melhorar o bem-estar dos povos indígenas e suas comunidades, de outras comunidades locais e tradicionais, e das minorias étnicas, reconhecendo e apoiando a sua identidade, cultura e seus interesses; e evitar pôr em perigo a sua herança cultural, suas práticas e conhecimentos tradicionais, preservando e respeitando as abordagens não comerciais que contribuem para a erradicação da pobreza;
- k) Melhorar o bem-estar das mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, pequenos agricultores e agricultores de subsistência, pescadores e aqueles que trabalham em pequenas e médias empresas, e melhorar as condições de vida e capacitação dos grupos pobres e vulneráveis, em particular nos países em desenvolvimento;
- l) Mobilizar todo o potencial que oferecem homens e mulheres, e assegurar sua contribuição de forma igualitária;
- m) Promover, nos países em desenvolvimento, atividades produtivas que contribuam para a erradicação da pobreza;
- n) Atender às preocupações com as desigualdades e promover a inclusão social, incluindo os pisos de proteção social;

o) Promover os modos de consumo e de produção sustentáveis; e

p) Dar continuidade aos esforços realizados para estabelecer abordagens para um desenvolvimento equitativo e inclusivo, que permita combater a pobreza e a desigualdade (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE, 2012, p. 11-12).

O relatório estabelece a erradicação da pobreza como o maior desafio global do planeta e recomenda que o sistema da ONU, em cooperação com doadores relevantes e organizações internacionais, facilite a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Segundo Gallo et al. (2012):

Nos vinte anos que se passaram desde a Eco 92, foi fundamental a institucionalização e o grau de consenso alcançado pelo desenvolvimento sustentável enquanto novo paradigma e princípio estruturante para o desenvolvimento, permitindo o avanço na criação de tecnologias, elaboração de indicadores e no envolvimento governamental, social e comunitário. Ainda que haja dimensões conceituais a serem esclarecidas, como o conceito de economia verde, o aspecto mais criticado é o da baixa implementação de medidas concretas capazes de enfrentar os principais desafios relacionadas à efetividade de políticas, pesquisas e outras estratégias que articulem os três pilares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental (GALLO et al., 2012, p. 1459).

Percebe-se que “economia verde” e “governança” são apenas nomes diferentes dos diversos problemas ambientais há muito conhecidos do cenário ambiental mundial. Os resultados da Rio+20 deixaram a desejar, as metas atingidas não atendem os anseios da maioria e nem satisfazem a necessidade urgente de ações práticas e globais de preservação do nosso planeta.

As questões ambientais são complexas e exigem respostas específicas, o que justifica a necessidade das convenções internacionais. Contudo as conclusões finais tem sido pouco práticas, resultado da inabilidade política e institucional em apresentar soluções aos problemas ambientais. A combinação de acordos ambientais multilaterais poderia ser mais eficiente e eficaz para um salto qualitativo para se promover o Desenvolvimento Sustentável.

Diante da necessidade urgente de repensar, renovar e reinventar o uso sustentável de recursos naturais é fundamental que a sociedade civil, a imprensa, a comunidade científica e o setor privado articulem um diálogo com os governantes.

Mais do que uma causa defendida por diversos atores da sociedade ligados ao meio ambiente o desenvolvimento sustentável deve se transformar em ações efetivas tendo em vista a necessidade de se criar um ambiente favorável às mudanças estruturais para se

conseguir trilhar o caminho seguro de transição do atual modelo de desenvolvimento aos novos conceitos de uma economia verde, responsável e incluyente.

## **1.2 Gestão e Responsabilidade Socioambiental**

A sociedade contemporânea cada vez mais consciente das questões ambientais e da escassez de recursos naturais, tem influenciado as organizações a contribuírem de forma sistematizada na redução dos impactos ambientais negativos ligados diretamente aos seus processos administrativos e de produção. Essa pressão social atingiu também os governos, os quais passaram a estabelecer legislações ambientais mais rígidas, obrigando as empresas a adequarem seus processos industriais, utilizando-se de tecnologias mais limpas.

Segundo Barbieri et al. (2010, p.149): “como resposta a essas pressões institucionais, surgem novos modelos organizacionais, vistos como os mais adequados para o novo ciclo que se inicia, como é o caso das organizações inovadoras sustentáveis.”

Procurando fazer sua parte e adaptando-se as novas exigências sociais e legais de proteção ambiental, as organizações foram aos poucos mudando sua estratégia administrativa, antes direcionada basicamente para a obtenção de lucros e expansão de seus mercados consumidores. Começaram então a adequar seus defasados modelos de gestão a atual exigência dos consumidores e crescente insustentabilidade ambiental do planeta, adotando a partir de então como estrutura administrativa a gestão ambiental.

Segundo Tachizawa e Pozo (2010):

Os clientes, neste novo cenário empresarial, têm expectativas de interagir com organizações que sejam éticas, tenham boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável. Neste ambiente, emerge a gestão socioambiental, que enfatiza o compromisso pela sustentabilidade junto aos stakeholders (clientes, fornecedores, consumidores, colaboradores internos, instituições financeiras, ONGs e comunidade em geral), como instrumento gerencial para a otimização econômica da organização (TACHIZAWA; POZO, 2010, p. 96).

Para Garcia et al. (2008):

O marketing verde ou marketing ecológico [...] objetivam colaborar com o desenvolvimento sustentável e não fazem da proteção ao meio ambiente uma ameaça aos ganhos empresariais, tornando-se uma forma de gestão mais inteligente. Trata-se da possibilidade de um novo mercado, no qual o consumo consciente começa a ser difundido. São sinais de que a relação entre o consumidor e a empresa passa por algum tipo de transformação. Os consumidores, mais exigentes, passam a demonstrar que valores humanos, bem-estar social e preservação socioambiental

também estão sendo considerados no momento da compra de bens e serviços (GARCIA et al., 2008, p. 76).

Em termos práticos agir com responsabilidade junto ao meio ambiente é ter certeza de que tudo o que dele foi retirado não supera sua capacidade de renovação, e tudo o que nele for depositado não vai prejudicá-lo. (NATURA, 2011).

Por uma perspectiva mais específica Demajorovic et al. (2012), afirmam que a Logística Reversa tem ganhado mais atenção no debate sobre gestão ambiental e dizem o seguinte:

Trata-se da responsabilização das empresas em relação aos produtos pós-consumo, assegurando que estes sejam recolhidos e encaminhados para reaproveitamento ou destinação segura. Entre os fatores que tem estimulado maior interesse pela LR, destaca-se o avanço da legislação em vários países, obrigando vários setores econômicos a responsabilizar-se pela gestão de seus resíduos. Porém, há também um movimento voluntário de empresas que adotam práticas de LR, ora estimulada por suas políticas de responsabilidade socioambiental, ora por considerarem também as vantagens competitivas geradas nesse processo (DEMAJOROVIC et al., 2012, p. 166).

A responsabilidade socioambiental, de acordo com os autores tratados nesse capítulo, é o grande desafio a ser enfrentado na atualidade por todas as organizações, tanto públicas como as privadas. O planejamento estratégico e os recursos das organizações devem ser direcionados para a implantação e manutenção de programas de proteção ao meio ambiente.

Uma postura que reflete o compromisso de ser ambientalmente responsável busca integrar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, atuando na dinamização de práticas socioambientais e no avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública e das atividades do setor produtivo e empresarial (MMA, 2009, p. 27).

Não há mais como evitar as pressões sociais e as exigências legais. As empresas privadas, que desejam manter uma imagem positiva no mercado e garantir a comercialização de seus produtos, e os órgãos públicos não somente como indutores das mudanças para adoção de novos padrões de gestão socioambiental mas também como instituições com consciência ambiental deverão adequar-se às mudanças impostas pelo meio ambiente e pela sociedade.

### **1.2.1 Responsabilidade Socioambiental no Setor Público**

Os órgãos públicos, assim como as empresas e demais instituições, possuem grandes fontes de geração de resíduos e como esses órgãos geralmente participam de forma direta nos



programas que buscam o desenvolvimento sustentável também devem implantar um sistema de gestão ambiental em sua própria repartição. Há que se considerar ainda o papel que o governo desempenha na economia enquanto grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços nas suas atividades, o que, muitas vezes, provoca impactos socioambientais negativos.

Os principais impactos ambientais gerados diretamente nos órgãos públicos são: geração de lixo, consumo de água e energia, presença de substâncias inflamáveis, geração de resíduos tóxicos, proliferação de organismos vivos, geração de emissões luminosas, geração de resíduos e sons, geração de esgoto orgânico.

A importância que órgãos públicos tem na implantação e manutenção de uma gestão socioambiental é destacada por Barata et al. (2007):

As empresas e instituições do setor público, particularmente as que têm como missão direta promover o bem-estar da sociedade, deveriam ser as primeiras a tomar a iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental. Aos fatores sociais associados à preservação ambiental e à saúde da população, somam-se os efeitos da melhor utilização de recursos públicos, pois a eco eficiência se fundamenta na racionalidade das decisões, na análise de custo e benefício das medidas a serem implementadas (BARATA et al., 2007, p. 169-170).

Partindo do pressuposto que os gestores públicos tem como função principal a gestão da sociedade de forma democrática, a eles cabe a função de articulador e mediador das questões de interesse dos agentes que formam a base social dessa democracia, o setor público, a sociedade civil e o setor empresarial.

É o que diz Lage (2001):

De fato, essa reconstrução de relações entre sociedade civil, Estado e mercado cria condições favoráveis para assentar as bases de uma administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável. Nessa medida, há de ser considerado ainda, que esse conjunto de relações deve ser orientado para a busca de alternativas que promovam o desenvolvimento da sociedade como um todo, e uma melhor distribuição de riquezas entre seus agentes, desconcentrando-a do eixo do mercado. (LAGE, 2001, p. 138).

A figura 1 demonstra a abordagem multilateral da Responsabilidade Socioambiental Pública:

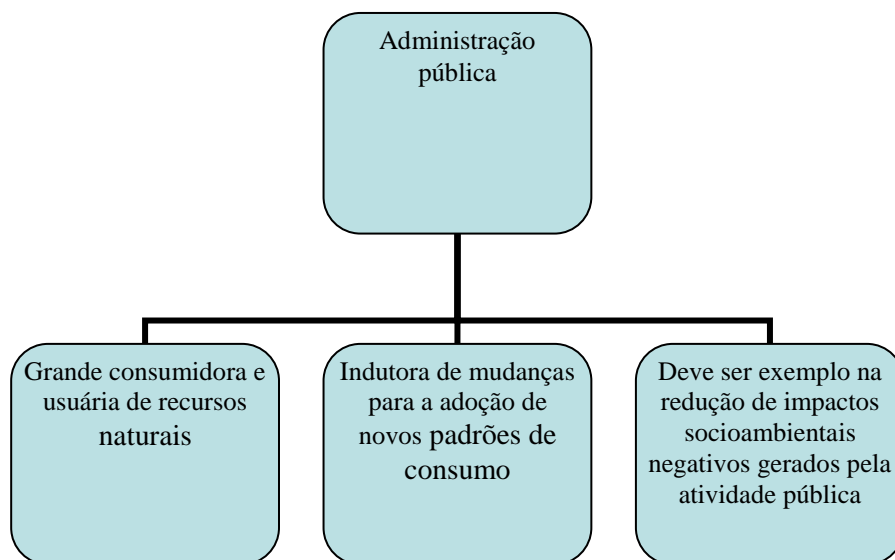


Figura 1 - Abordagem multilateral da Responsabilidade Socioambiental Pública.  
Fonte: Adaptada de Matos (2010).

Além da capacidade de indução, o poder de mobilização de importantes setores da economia exercido pelas compras governamentais, que movimentam de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB), é inquestionável e deve ser usado para garantir a mudança e adoção de novos padrões de produção e de consumo que reduzam os impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública, contribuindo para o crescimento sustentável e promovendo a responsabilidade socioambiental no âmbito do setor e, por sua vez, respondendo às expectativas sociais. A decisão de implantação de um sistema de compras verdes, por exemplo, é uma das formas das instituições públicas proverem as indústrias e fornecedores com incentivos reais para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e compatíveis com uma política para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2009, p. 27).

É importante ressaltar ainda que a adoção de uma política de RSA pelas instituições públicas gera economia dos recursos públicos, na medida em que esses recursos serão gastos com maior eficiência.

A gestão pública com ênfase na responsabilidade socioambiental mais que uma exigência social e legal é a estratégia administrativa que os órgãos públicos deverão adotar para contribuir de forma consciente para a conservação do meio ambiente, além de manter uma imagem ética e politicamente correta junto aos usuários dos serviços públicos e a sociedade como um todo.

## 1.2.2 Responsabilidade Socioambiental Empresarial

As empresas começaram a mostrar alguma preocupação pelas questões ambientais movidas pelas exigências de seus consumidores, pois começaram a perceber que seus clientes estavam dispostos a pagar mais por produtos ambientalmente corretos, e a deixar de comprar aqueles que contribuía para a degradação ambiental. A consciência de que o reflexo das suas atividades deve ultrapassar as determinações do processo produtivo foi o primeiro passo para uma efetiva mudança e adaptação a essa realidade. Atualmente, as questões ambientais representam não só uma vantagem competitiva ou uma forma de reduzir desperdícios mas também uma alternativa de oferecer produtos e serviços de melhor qualidade e ainda contribuir para a preservação do meio ambiente.

Segundo Volpon e Macedo-Soares (2007):

As empresas têm refletido esta mudança no comportamento do consumidor, passando a incorporar em suas transações valores éticos que alteram a forma tradicional de obter lucros. Deixam de ser apenas produtores de bens e serviços e incorporam gradualmente, como parte de sua responsabilidade, [...] a questão da responsabilidade social como parte importante no desenvolvimento de estratégias competitivas, onde as empresas desempenham um papel proativo, implementando mudanças conceituais em seus procedimentos e agindo de forma consciente, sozinhas ou em parceria com ONGs ou governo. Por meio de ações socialmente responsáveis buscam o crescimento e a satisfação do cliente (VOLPON; MACEDO-SOARES, 2007, p. 393-394).

Hoje o empresário reconhece claramente que o sucesso econômico ou financeiro está ligado ao seu desempenho ambiental e social. Mas as empresas precisam expandir seu conceito de responsabilidade socioambiental, por isso devem manter-se atentas a todas as dimensões da sustentabilidade para que assim possam sustentar uma grau satisfatório de desempenho, como afirmam Barbieri et al. (2010):

Não basta, para as empresas, apenas inovar constantemente, mas inovar considerando as três dimensões da sustentabilidade, a saber:

- dimensão social – preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.);
- dimensão ambiental – preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes;
- dimensão econômica – preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as empresas essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam (BARBIERE et al., 2010, p.149).

Adotar uma gestão socialmente responsável implica em benefícios à sociedade, incentivo a satisfação profissional de seus colaboradores e a promoção de benefícios para seus parceiros e para o meio ambiente, sem deixar de lado o retorno para os investidores e a obtenção de lucros (ETHOS, 2013).

As empresas cujos valores são percebidos por meio da mídia/imprensa como positivos pela sociedade tendem a ter uma vida longa pois os investidores institucionais e individuais investem cada vez mais em empresas socialmente responsáveis. Seus princípios éticos devem formar a base da sua estratégia organizacional, orientando sua missão social e sua conduta, do contrário tornam-se frágeis, ficam suscetíveis a riscos de imagem o que pode reduzir muito sua competitividade no mercado.

Segundo Tachizawa e Pozo (2010):

A responsabilidade social corporativa, na trilha dos inúmeros desastres empresariais ocorridos em consagradas organizações ganha importância como instrumento de gestão para evitar riscos de escândalos econômicos e sinistros ecológicos. Existia, até pouco tempo atrás, o conceito de que responsabilidade social corporativa se resumia no que a empresa podia oferecer para a comunidade, através de campanhas e doações comunitárias. Atualmente, este pensamento expandiu e se tornou mais abrangente, incorporando, além deste conceito, outros fatores importantes, como a preservação do meio ambiente, a valorização do colaborador como parte integrante da empresa, bem como a preocupação em criar medidas que assegurem sua qualidade de vida dentro da organização (TACHIZAWA; POZO, 2010, p. 96).

Todas as empresas que tem como missão a redução dos impactos ambientais, atuais e futuros, além de demonstrarem manifestações de responsabilidade social geram lucros e retorno financeiro aos gestores e aos investidores externos. Cabe aos dirigentes ir além da ultrapassada imagem de simples “despoluidor” e investir no desenvolvimento de uma imagem positiva no mercado atuando de forma politicamente correta e ética com toda a sociedade e o meio ambiente.

### **1.2.3 Sistemas de Gestão Ambiental – SGA**

As mudanças na percepção dos impactos ambientais negativos, causados pelas ações do homem tanto em suas rotinas pessoais quanto em suas atividades profissionais, começaram a ser percebidas depois que as consequências dos graves problemas ambientais começaram a ser mostrados mais abertamente pela mídia. O que forçou o setor empresarial a desenvolver e implantar sistemas inovadores de gestão em seus processos administrativos de maneira que

atendessem as exigências de seus consumidores e cumprissem a legislação ambiental cada vez mais rígida. Esses sistemas foram denominados de Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Barbiere et al. (2010, p. 153) afirmam que “as pressões institucionais aumentaram e induziram as organizações a adotarem formas mais compatíveis com essas novas demandas sociais associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável”.

Através deles os gestores começaram a perceber que uma postura ambientalmente correta na gestão dos seus processos reflete diretamente em produtividade, qualidade e melhores resultados financeiros.

Segundo Barata et al. (2007):

O SGA, [...] contribui para a ecoeficiência das empresas, enquanto prática de produzir sempre bens e serviços mais úteis, concomitantemente à redução contínua do consumo de recursos e da poluição o que traduz a preocupação em estabelecer a melhor relação possível entre atividade empresarial, meio ambiente e necessidades humanas presentes e futuras. Sob essa ótica, empresas de todos os tamanhos estariam aprimorando suas cadeias produtivas, incorporando ações que conduzem à melhoria do desempenho ambiental (BARATA et al., 2007, p. 166).

A implantação de um SGA tem como objetivo amenizar ou eliminar os impactos ambientais gerados nos processos produtivos. Várias são as atividades que um sistema de gestão ambiental pode utilizar em suas rotinas para reduzir esses impactos negativos. Os mais comuns podem ser vistos nas ações que incentivam a reciclagem e nas tecnologias que utilizam matérias-primas e processos produtivos menos impactantes, racionalizando o uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

A implantação de um sistema de gestão ambiental e a obtenção de um certificado não pode ser simplesmente uma jogada de marketing ou o cumprimento de uma norma legal. Essa decisão deve ser baseada em uma análise detalhada dos benefícios a serem obtidos e dos recursos a serem utilizados.

Tachizawa e Pozo (2010), criadores de um modelo de Indicador de Desenvolvimento Socioambiental – IDS, destacam a importância da utilização desse sistema de gestão ambiental dentro das empresas:

As razões que justificam seu uso como instrumento de gestão pelas empresas não são apenas decorrentes de aderência à legislação vigente, mas, principalmente, em função da possibilidade de direcionar as decisões de sustentabilidade de forma convergente com os objetivos corporativos. Como decorrência da implementação destas decisões obter-se-ia condições propícias para: aprimorar a qualidade dos produtos; incrementar a competitividade das exportações; atender o consumidor com preocupações ambientais; intensificar a observância às expectativas e reivindicação

da comunidade; atender à crescente pressão de organizações não-governamentais e de instituições de fomento e financiamento; estar em conformidade com as crenças e valores da empresa; e melhorar a imagem perante a sociedade (TACHIZAWA; POZO, 2010, p. 97).

Com a adoção das medidas necessárias, a organização só tem a ganhar, tendo em vista que a economia de material de expediente, a racionalização de hábitos de consumo consciente, a baixa na conta de energia elétrica e a redução do consumo de água deve ser priorizada. Essas vantagens obtidas a partir da implantação desses sistemas de gestão podem ser percebidas por todos os envolvidos no processo e pela sociedade.

O gerenciamento de um SGA possibilita inúmeros ganhos de que podem ser percebidos no aumento da produtividade e qualidade, na satisfação das pessoas envolvidas diretamente no processo, pois elas aprendem que sempre é possível fazer melhor e percebem a evolução da qualidade de seus serviços. E o mais importante é que seus clientes passam a confiar mais na empresa e em seus produtos. Atuar de maneira ambientalmente responsável é ainda hoje um diferencial entre as empresas, destacando-as no competitivo mercado empresarial (AMBIENTE BRASIL, 2013).

Portanto, a finalidade principal de um sistema de gestão ambiental é a de fornecer as organizações um mecanismo estruturado de procedimentos com os quais ela possa alcançar e manter o controle de seu nível de desempenho ambiental já que para se atingir as metas estabelecidas as empresas dependem do mercado econômico, das regulamentações legais e fiscais e de vários outros elementos que impactam direta e indiretamente esse objetivo.

#### **1.2.4 Certificação Ambiental e Rótulo Ecológico**

No atual mercado globalizado um pré-requisito fundamental para que as empresas consigam que sua marca e seus produtos sejam reconhecidos e aceitos como ambientalmente corretos é preciso que obtenha a certificação de um Sistema de Gestão Ambiental.

No início da década de 1990, as organizações responsáveis pela padronização e normalização começaram a atender as demandas da sociedade e as exigências do mercado, no sentido de sistematizar procedimentos adotados pelas empresas que refletissem suas preocupações com a qualidade ambiental e com a conservação dos recursos naturais (MMA, 2009, p. 21).

Segundo o Dieese (2006) uma das organizações responsável por essas certificações é a International Organization for Standardization (ISO), e a descreve:

A ISO é uma federação internacional que congrega organismos de normalização técnica de todo o mundo, entre os quais está a brasileira ABNT. Esta última é a organização que define as normas técnicas reconhecidas oficialmente para uso da indústria e do governo brasileiros. A ISO 9000 e a ISO 14000 são exemplos de normas voluntárias internacionais, no caso, para sistemas de gestão da qualidade e de gestão ambiental, respectivamente (DIEESE, 2006, p. 2).

Como forma de verificar e divulgar quais empresas apresentam uma postura ambientalmente correta, estabeleceu-se o sistemas de avaliação de desempenho ambiental, com normas e critérios padronizados para o mundo todo. O conjunto de normas mais conhecido é o da série ISO 14000.

Na norma ISO 14001 encontram-se especificados os requisitos gerenciais para estabelecer um SGA e obter a certificação nos mais diversos tipos de organização. Nela, estão sistematizados os procedimentos necessários para a definição dos princípios norteadores da política ambiental da empresa. Além de indicar com base na política definida – a forma como serão planejadas e implementadas as ações, fixam-se os prazos e os recursos necessários para sua operacionalização, assim como os meios para verificar a eficiência e eficácia do planejamento previsto e das ações implementadas, o que permite realizar, sempre que necessário, a correção de rumos para o atendimento aos princípios contidos na política (BARATA et al., 2007, p. 167).

Segundo a ABNT (2012) as empresas ao adquirirem os Certificados e Marcas ABNT precisam atender alguns requisitos gerais:

8.1.1 As Marcas ABNT são de sua exclusiva propriedade, registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial como tal. As Marcas da ABNT Certificadora são diferentes da Marca Institucional da ABNT Normalizadora. A dimensão mínima permitida para a Marca é de 1,0 cm de diâmetro. A critério da ABNT, as medidas podem ser alteradas.

8.1.2 A Organização certificada tem o direito e pode informar ao público da sua condição de certificação nos meios de comunicação tais como internet, folhetos de propaganda ou outros documentos. A forma e os locais de divulgação devem ser submetidos à ABNT antes da sua utilização.

8.1.3 A organização não deve fazer ou permitir qualquer declaração que induza à interpretação errada em relação à sua certificação.

8.1.4 A ABNT pode autorizar a reprodução do certificado para fins de divulgação promocional. Entretanto, a organização não deverá usar ou permitir o uso de um documento de certificação ou de qualquer parte dele, de maneira que induza a interpretações erradas.

8.1.5 A ABNT verificará o uso correto de suas Marcas e Certificados durante as auditorias realizadas nas Organizações certificadas.

8.1.6 As referências incorretas ao sistema de avaliação ou uso indevido de Marcas ou Certificados ABNT encontradas em anúncios, catálogos etc. sujeitarão o infrator às sanções previstas neste procedimento e/ou no contrato.

8.1.7 São considerados usos indevidos, dentre outros, os seguintes comportamentos:  
a) uso de Marcas ou Certificados antes da assinatura do respectivo contrato;

- b) divulgação promocional em desacordo com as orientações deste procedimento;
  - c) uso de Marcas ou Certificados fora da vigência do contrato;
  - d) uso de Marcas ou Certificados durante o período de suspensão;
  - e) uso de Marcas ou Certificados fora do escopo para qual a Organização obteve a certificação;
  - f) uso de Marcas ou Certificados não estando em dia com suas obrigações contratuais;
  - g) usos de Marcas ou Certificados que caracterizem uma contraposição às regras estabelecidas para a certificação;
  - h) usos de Marcas ou Certificados sem prévia aprovação da ABNT.
- 8.1.8 A certificação não deve ser divulgada para produtos não certificados ou para unidades que não produzam o produto certificado.
- 8.1.9 No caso de suspensão ou cancelamento da sua certificação, a Organização deve interromper o uso de todo material publicitário que faça referência à certificação.
- 8.1.10 A organização não deve divulgar a certificação de modo que dê a entender que a certificação aplica-se a produtos fora do escopo da certificação.
- 8.1.11 A organização não deve usar a sua certificação de maneira que possa comprometer a Reputação do organismo de certificação e causar a perda da confiança pública no organismo de certificação (ABNT, 2012, p. 14-15)

A certificação da empresa, pela norma ISO 14001, assegura a todas as partes interessadas (clientes, fornecedores, acionistas, força de trabalho, comunidade, governo e organizações não governamentais, dentre outras) que as práticas gerenciais para a manutenção e melhoria do seu desempenho ambiental se ajustam ao estabelecido na norma, independente do setor e/ou local onde a empresa esteja atuando. Mas essa certificação apenas atesta que as organizações implantaram os itens básicos de um sistema de gestão ambiental. Ela não garante que uma empresa ou ente público alcance o seu melhor desempenho ambiental, pois as regras dessa norma são direcionadas aos seus sistemas gerenciais e não diretamente seu desempenho ambiental. Em outras palavras, este instrumento propicia a transparência para o público interno e externo das empresas sobre os procedimentos de gestão ambiental utilizados por elas (BARATA et al., 2007, p. 167).

A Norma se aplica a qualquer organização, seja pública ou privada, que deseje implantar, manter e aprimorar um Sistema de Gestão Ambiental que lhe permita atender à sua política interna ambiental e ser reconhecida como uma organização ambientalmente ética pelos seus usuários e por toda a sociedade.

Na visão de Barata et al. (2007) o Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente, ao implantar ações conscientes de responsabilidade socioambiental nos órgãos públicos, atende algumas exigências da ISO 14000:

A Agenda pretende instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando à conscientização dos servidores para a otimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho. Visa a colocar as empresas em sintonia com a concepção de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos,



compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais. Na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), podemos encontrar em seus procedimentos algumas semelhanças aos da norma ISO 14001, na diminuição do desperdício, através dos 3R's, isto é: reduzir, reciclar e reutilizar a quantidade de resíduos gerados, sobretudo nos escritórios. Não são contempladas estratégias indicadas pela ISO 14001 como: levantamentos dos aspectos e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida da produção ou dos serviços prestados e o estabelecimento de planos de emergência (BARATA et al., 2007, p. 168).

A certificação ambiental representa um valioso benefício no tocante à economia, à qualidade de vida no trabalho e ao respeito aos critérios ambientais, que representa, nos dias atuais, preceito fundamental nessas questões que devem ser desenvolvidas pelas organizações.

Existem várias metodologias de certificação e rotulagem de desempenho ambiental de produtos ou serviços. A mais conhecida é a chamada “rótulo ecológico” certificado pela ABNT.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2012) estabelece como Princípios da Marca ABNT - Qualidade Ambiental:

4.1 A Marca ABNT-Qualidade Ambiental é um rótulo ecológico que segue os princípios da ABNT NBR ISO 14024 para rotulagem ambiental do Tipo I. A Marca ABNT - Qualidade Ambiental baseia-se nos princípios de transparência, participação e consenso que constituem o espírito da Normalização e da Certificação.

4.2 A Marca ABNT - Qualidade Ambiental está regulamentada em um programa de certificação voluntário, que visa a promover a melhoria da qualidade ambiental de produtos, serviços e processos, mediante a mobilização de forças de mercado pela conscientização de consumidores e produtores.

4.3 Os critérios estabelecidos para uma determinada categoria de produtos devem abranger produtos comparáveis, ou seja, produtos que possuam as mesmas funções ou de utilização equivalente e que possam ser comparados uns aos outros em relação aos mesmos critérios.

4.4 A Marca ABNT - Qualidade Ambiental identifica os produtos que apresentam menor impacto sobre o meio ambiente quando comparados a produtos similares, levando em consideração aspectos relacionados ao seu ciclo de vida.

4.5 Os produtos para serem certificados devem ser adequados ao uso.

4.6 Os critérios devem considerar as características ambientais nacionais, bem como as tendências internacionais, visando a facilitar a participação em acordos de reconhecimento com outros países.

4.7 A Marca ABNT - Qualidade Ambiental não deve criar qualquer dificuldade ou discriminação, administrativa ou tecnológica, a produtos e serviços nacionais ou estrangeiros.

4.8 Os Critérios devem ser revisados periodicamente a fim de melhorar os índices de desempenho dos produtos e incluir avanços tecnológicos que garantam a qualidade ambiental como um todo.

4.9 O objetivo da Marca ABNT - Qualidade Ambiental é a certificação de produtos de consumo, de produtos semi-acabados, de processos, de empreendimentos e de serviços, com base numa abordagem de critérios múltiplos (ABNT, 2012, p. 2-3).

O rótulo ecológico ABNT é uma garantia de que os serviços e produtos da empresa tem menor impacto ambiental do que o seu similar que não possui o rótulo. Isso melhora significativamente a sua imagem e possibilita o aumento das exportações (ABNT, 2013).

Praticar atitudes de responsabilidade socioambiental não se resume apenas em cumprir as exigências legais. Implica também em evitar o desperdício, usar devidamente os materiais evitando comprometer sua disposição no futuro, descartar os resíduos de forma adequada, participar ativamente na construção de uma sociedade melhor.

Adotando estes procedimentos e agindo de forma consciente e responsável junto da sociedade e natureza, o ser humano estará contribuindo para o desenvolvimento sustentável de toda uma nação.

## 2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

O Ministério do Meio Ambiente criou em 1999 a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A proposta visa a revisão dos padrões de consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública proporcionando a conscientização de gestores e servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.

A A3P é um referencial de Responsabilidade Socioambiental e pode ser desenvolvida em toda a administração pública, na esfera dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no âmbito de governo (Municipal, Estadual e Federal). É importante entender que essa responsabilidade não é apenas um conceito trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para avanço em direção a sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidade sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage (MATOS, 2010).

É um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos resíduos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009, p. 32).

A Agenda se encontra em harmonia com o princípio da economicidade, que se traduz na relação custo-benefício e, ao mesmo tempo, atende ao princípio constitucional da eficiência, incluído no texto da Carta Magna (art. 37) por meio da Emenda Constitucional 19/1998, e que se trata de um dever da Administração (MMA, 2009, p. 32).

Segundo Teixeira e Azevedo (2013):

A agenda ambiental na administração pública foi criada para servir de instrumento de sensibilização, acreditando-se que encontraria eco nos diversos segmentos e instâncias do poder público e seus parceiros e revelaria lideranças locais comprometidas com a difusão dos conceitos e das práticas nela preconizados, assim como foi idealizada. Dessa forma, um dos objetivos da agenda foi construir uma cultura institucional fundamentada na excelência da gestão ambiental de modo que viesse contribuir para o fortalecimento das diretrizes para o desenvolvimento sustentável do país no tocante às obras públicas (TEIXEIRA; AZEVEDO, 2013, p. 142).

O Programa foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. Na avaliação das implicações ambientais, não se pode esquecer que o homem é o integrante diferencial do meio ambiente - que, na prática, é um todo formado por partes igualmente complexas, geralmente frágeis e passivas.

A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, responsável pela A3P, diz que as diretrizes deste programa são fundamentadas nas recomendações do capítulo IV da Agenda 21, no Princípio 8 da Declaração do Rio/92 e na Declaração de Johannesburgo, os quais tratam sobre políticas estratégicas voltadas a rever padrões insustentáveis de produção e consumo (MMA, 2009, p. 31).

A Agenda pretende induzir a adoção de um modelo de gestão pública que reduza os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. Os meios de conseguir isso é o uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos e em uma economia que ainda se caracteriza por elevado desperdício de recursos surge mais que conveniente a iniciativa de difundir os princípios da gestão ambiental na Administração Pública, com o objetivo principal de economia e redução de gastos e destino correto dos resíduos.

Segundo Barata et al., (2007, p. 168) o programa “visa a colocar as empresas em sintonia com a concepção de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais”.

Buscando estimular essa percepção e mudança de atitude dos servidores públicos com o intuito de que estes executem suas atividades de forma sustentável, o MMA (2009) definiu como objetivos da A3P:

1. Sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais;
2. Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
3. Contribuir para os padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
4. Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
5. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (MMA, 2009, p.33).

## **2.1 Eixos Temáticos da A3P**

Diante da responsabilidade que os órgãos da Administração Pública possuem em dar o exemplo para redução de impactos socioambientais negativos a A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base

a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos:

- 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos
- 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados
- 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho
- 4 - Sensibilização e Capacitação
- 5 - Licitações sustentáveis (MMA, 2009, p. 36-47).

Segundo Huller (2010), entre os eixos temáticos do programa estão: licitações sustentáveis; uso racional de recursos e combate a todas as formas de desperdício; gestão ambiental de resíduos, como a coleta seletiva do lixo; inclusão socioambiental de cooperativas; qualidade de vida no ambiente de trabalho; desempenho administrativo e a sensibilização e capacitação continuada de gestores públicos.

Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - quando se fala em meio ambiente, passam despercebidas oportunidades de negócios ou de redução de custos. Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em fazê-lo de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. O primeiro eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente. Uma abordagem básica relacionada às preocupações ambientais se constitui na utilização positiva do meio ambiente no processo de desenvolvimento. Trata-se da valorização de recursos que ainda não haviam sido incorporados à atividade econômica. Reciclar resíduos, por exemplo, é transformá-los em produtos com valor agregado. Conservar energia, água e outros recursos significa também reduzir custos de produção.

Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados - o manejo de resíduos sólidos no país tem recebido cada vez mais atenção por parte das instituições públicas, em todos os níveis de governo. A lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, começa a mudar a maneira como o país trata os resíduos. Em primeiro lugar é preciso evitar acúmulos de resíduos sempre que possível. Procurar consumir sem desperdício e reutilizar os produtos que antes eram descartados. Segundo a lei, a responsabilidade pela destinação adequada dos resíduos sólidos é de todos: governos, empresas e toda a sociedade é a chamada responsabilidade compartilhada. Pela lei todos os municípios têm até agosto de 2014 para oferecer a coleta seletiva à população, destinando aos aterros sanitários apenas os resíduos que não podem ser reciclados (BRASIL, 2010a).

Uma prefeitura realiza coleta seletiva quando pelo menos 10% da população separa o lixo e existe um trabalho de reciclagem de porta a porta ou por meio dos catadores. A figura 2 demonstra a evolução do número de municípios com coleta seletiva implantada no país.

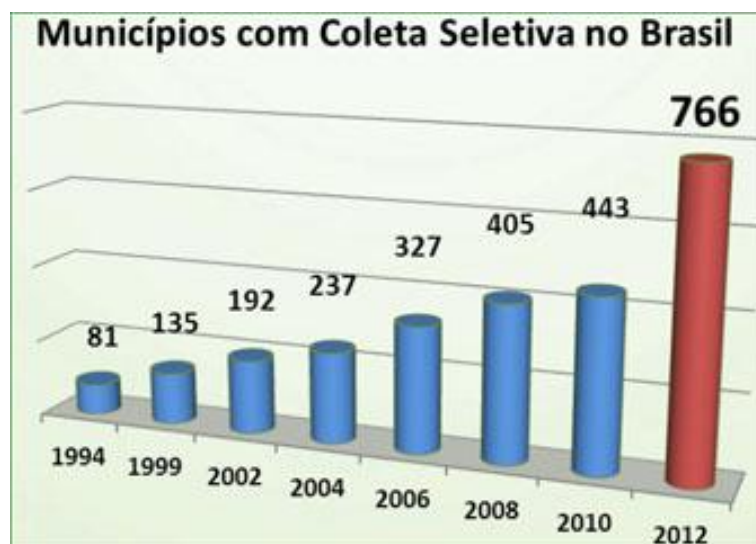


Figura 2 – Municípios com Coleta Seletiva no Brasil  
Fonte: Cempre/Ciclossoft (2012).

Analisando os dados da figura 2 do total de 5.564 municípios brasileiros somente 766 fazem coleta seletiva do lixo representando apenas 14% do total. Apesar de constatar-se que nos últimos dois anos esse número teve um aumento significativo em relação aos anos anteriores apresentando um aumento de 58% entre os anos 2010/2012, nota-se um crescimento lento da utilização da coleta seletiva nos municípios brasileiros.

Ainda há muito a ser feito no que diz respeito à destinação correta dos resíduos, mas já houve uma significativa melhora. Nesse sentido, é muito importante que os órgãos públicos de todos os níveis de governo definam e adotem mecanismos para destinação adequada dos resíduos gerados.

Segundo a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA, 2012), no relatório sobre o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos/2010, são coletados diariamente cerca de 169,3 toneladas de resíduos sólidos, sendo mais de 60% referente aos resíduos domiciliares. Outra parte significativa desses resíduos é gerada pela administração pública na realização de suas atividades. Entre os resíduos produzidos em maiores quantidades encontram-se: papéis, plásticos, cartuchos e tonner, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico e, em menor quantidade vidros e metais, além de pilhas e baterias.

O grande volume de resíduos é um problema para o meio ambiente e para nossa qualidade de vida. Para a prevenção e redução da geração de resíduos a mudança de hábitos de consumo é essencial. Por isso, é fundamental que não só o governo, mas outros setores importantes da sociedade promovam campanhas de conscientização para convencer os consumidores de que a separação do lixo e o descarte responsável de pilhas, baterias e eletroeletrônicos, por exemplo, são iniciativas importantes para que os objetivos da PNRS sejam alcançados.

Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - o terceiro eixo busca a qualidade de vida no ambiente de trabalho ao promover a satisfação das pessoas no ambiente profissional com ações que resultam em melhores condições ambientais gerais proporcionando assim, saúde, segurança e a integração social, além do desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores.

A busca pela qualidade de vida no ambiente profissional visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização pois sabe-se que as pessoas são mais produtivas quando estão mais satisfeitas e envolvidas com o próprio trabalho. Portanto, a ideia principal é a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao melhorar a satisfação do trabalhador dentro de seu contexto laboral, melhora-se conseqüentemente a produtividade. É muito importante realizar pesquisa de opinião interna sobre o grau de satisfação dos servidores, pois durante a análise dos resultados é possível conhecer a postura dos funcionários diante dos fatores que interferem na qualidade de vida e na organização do trabalho. A pesquisa também aponta quais modificações precisam ser realizadas para que os servidores continuem motivados e produtivos em suas rotinas diárias.

Eixo 4 - Sensibilização e capacitação - em seu quarto eixo, a administração pública busca conciliar a sensibilização e a capacitação de todos os envolvidos em suas atividades diárias. A sensibilização estimula os envolvidos à reflexão sobre a responsabilidade ambiental e a mudança de atitude no ambiente profissional. A capacitação é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão socioambiental e, ao mesmo tempo, oferece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades. Os processos de capacitação promovem ainda um acesso democrático a informações, novas tecnologias e troca de experiências, contribuindo para a formação de redes no setor público, por isso devem ser permanente, pois a mudança de atitudes e hábitos depende de uma reflexão

continua sobre as questões ambientais e sociais e do envolvimento de cada pessoa com a temática.

Eixo 5 - Licitações Sustentáveis - o último eixo refere-se às Licitações Sustentáveis. Levando em conta que a manutenção das rotinas da administração pública consome uma quantidade significativa de recursos naturais e materiais provocando impactos significativos na economia e no meio ambiente, é importante buscar sempre promover a responsabilidade socioambiental em suas aquisições. Nesse contexto, os gestores dispõem de um vasto conjunto de instrumentos legais que lhe dão o suporte necessário à tomada de decisões fundamentadas nas melhores práticas que envolvam não só os aspectos econômicos, mas também os ambientais e sociais. As compras e contratações públicas são feitas por meio de um procedimento administrativo – as licitações – visando selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público: o melhor produto pelo menor preço. A Lei 8.666/93 que regulamenta as licitações, embora leve em consideração o impacto ambiental do projeto básico de obras e serviços, não se referiu ao fator ambiental com relação a compras, mas em 2010 a Instrução Normativa 01/2010 “que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2010c) trouxe os esclarecimentos que regulamentam todos os critérios sustentáveis em suas aquisições.

## **2.2 Como implantar a Agenda Ambiental da Administração Pública**

Para participar do Programa A3P existem duas alternativas. Na primeira delas apenas é necessário se cadastrar na Rede A3P. Para aderir basta solicitar, por meio do e-mail [a3p@mma.gov.br](mailto:a3p@mma.gov.br), o cadastro informando seus dados: nome, órgão, setor, e-mail, telefone e endereço ou preencher o formulário no site [www.mma.gov.br/A3P](http://www.mma.gov.br/A3P). A Rede é um canal de comunicação permanente para promoção do intercâmbio técnico. Difunde informações sobre temas relevantes à agenda, sistematiza dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições e incentiva programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências (MMA, 2009, p 86-87).

A outra opção para fazer parte do programa é a adesão formal através do Termo de Adesão, que é o instrumento de compromisso para implantação da A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da Agenda ambiental.



Para o processo de adesão formal à A3P a instituição interessada deve enviar os seguintes documentos: a) da Instituição – Ofício para encaminhamento dos documentos; cópia do comprovante de endereço do órgão; cópia do comprovante de regularidade fiscal do órgão; Minuta do Termo de Adesão (sem assinatura e datação) em meio digital (e-mail ou cd); Plano de Trabalho com as ações que serão implementadas no órgão (sem assinatura e datação) em meio digital (e-mail ou cd); b) Do representante da instituição no Termo - cópias autenticadas do ato de nomeação, da carteira de identidade e do CPF, da delegação de competência para a assinatura de atos (MMA, 2009, p. 86-87).

Para a implantação da A3P, as instituições devem seguir alguns passos:

- 1º) criar a comissão gestora da A3P - deverá ser composta por servidores das diversas áreas da instituição, esse primeiro momento é a fase de conscientização;
- 2º) realizar diagnóstico ambiental – o objetivo do diagnóstico é direcionar as melhores medidas a serem implantadas e deve conter informações sobre aspectos de todos os eixos da A3P, desde o consumo de bens naturais e a política interna de gestão de resíduos até a avaliação dos programas de qualidade de vida e sensibilização. Também deve ser avaliada a política interna de compras para constatar se há algum direcionamento às licitações sustentáveis;
- 3º) desenvolver projetos e atividades - após o diagnóstico, parte-se para os projetos que contemplam o Programa de gestão socioambiental. Após a definição dos objetivos, metas e plano de ação, passa-se à implantação e operacionalização do programa;
- 4º) Sensibilização e Capacitação – as ações devem ser direcionadas de modo a satisfazer as necessidades primordiais da instituição com o intuito de incentivar a adoção, pelos servidores, de uma postura socioambientalmente correta. Deve ser um processo permanente e contínuo de sensibilização através de cursos de capacitações, oficinas e materiais didáticos e informativos sobre a relevância da implantação da Agenda;
- 5º) Avaliação e monitoramento – o acompanhamento contínuo e a avaliação periódica permitem que sejam identificados através de indicadores os pontos críticos e as melhorias indispensáveis para manter a eficiência e eficácia do projeto (MMA, 2009, p. 89-91).

No Brasil, atualmente mais de 400 órgãos públicos participam da Rede A3P e 178 Parceiros já assinaram o Termo de Adesão, indicando que o Poder Público está aos poucos se adequando à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente. Por exemplo, a CGU adquiriu 142 impressoras com a funcionalidade de impressão duplex (frente e verso da mesma folha), o que resultou em metade do volume de processos e documentos, gerando economia de papel e espaço para armazenamento; o IBAMA instituiu procedimentos que

deverão ser adotados na coleta e destinação de pneus inservíveis; os Correios implantaram serviços de descontaminação e descarte de lâmpadas queimadas contendo mercúrio; o Programa Serpro da Qualidade de Vida adotou como estratégia a implantação gradual e regionalizada de várias ações que oferecem aos seus empregados oportunidades de melhoria da qualidade de vida, com o consequente aprimoramento do bem-estar organizacional e o aumento de desempenho profissional (MMA, 2013).

Atualmente o principal desafio da A3P é promover a Responsabilidade Socioambiental com política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental no âmbito da administração pública (MMA, 2009, p. 28).

O momento em que vivemos é de correção de hábitos e pequenos gestos podem trazer grandes resultados no que diz respeito à consciência ambiental. Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos às mudanças nos procedimentos administrativos. Essa abertura requer a participação de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, e o processo de conscientização deve ser encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências legais, sociais e econômicas.

### **2.3 Principais Legislações Ambientais aplicadas à A3P**

As questões ambientais nas agendas governamentais já há alguns anos começaram a ganhar maior importância no meio público. Verifica-se isso em várias ações que são articuladas de forma a contribuir para a implantação de uma política de desenvolvimento sustentável no país. Isso fica evidente na legislação ambiental brasileira que prevê a manutenção e conservação do meio ambiente ao mesmo tempo em que contempla a necessidade de adoção de uma nova ética social, buscando explorar os recursos naturais de forma racional e adequada, visando à manutenção do equilíbrio ecológico.

Criada em 1981, a Lei nº 6.938/81a da Política Nacional do Meio Ambiente é considerada um marco histórico no desenvolvimento do direito ambiental, estabelecendo definições legais sobre temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Esta lei instituiu, entre outros, um importante mecanismo de proteção ambiental – o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e seu respectivo relatório (RIMA), instrumentos modernos em termos ambientais mundiais.

Já a Lei nº 9.605/1998a, que trata dos crimes é considerada um marco na proteção efetiva do meio ambiente.

O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira incumbiu ao poder público, entre outras responsabilidades, a de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas e controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, para a garantia de acesso a todos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (RÊGO et al., 2011).

No texto constitucional foram atribuídas competências aos entes federados para a proteção ambiental, o que possibilitou a descentralização e permitiu à União, Estados, Municípios e Distrito Federal ampla competência para legislar sobre matéria ambiental. Essas competências estão definidas nos art. 21, 22, 23 e 24.

Em 1999, o Programa Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituído pela Lei nº 9.795/99, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Em 1999, foi elaborada e aprovada pelo MMA a prévia construção de Agendas Ambientais por um processo participativo que possibilitou o aprendizado das questões ambientais, estimulando a reflexão de cada ser humano para criar uma fase transitória entre o velho e o novo paradigma.

O MMA através das suas portarias seguintes estabelece a estrutura da A3P e a composição das suas comissões:

- Portaria MMA nº 221 de 10 de setembro de 2004 – “Art. 1º Instituir a estrutura de gestão da A3P”.
- Portaria MMA nº 217, de 30 de julho de 2008b em seu Art. 1º Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente o Comitê de Implementação da A3P.

Dentro os Decretos pode-se citar os seguintes:

- Decreto nº 99.658/1990 - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.
- Decreto nº 2.783/1998b - Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 4.131/2002 - Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.

- Decreto nº 5.940/2006 - Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. A implementação deste Decreto somada às ações da Agenda da Administração Pública Federal (A3P), constitui-se numa estratégia que busca a construção de uma nova cultura institucional para um novo modelo de gestão dos resíduos no âmbito da administração pública federal direta e indireta (MMA, 2009, p 42).

A coleta é efetuada por diferentes tipologias dos resíduos sólidos, segundo a Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva, o código de cores é assim apresentado: AZUL: papel/papelão; VERMELHO: plástico; VERDE: vidro; AMARELO: metal; PRETO: madeira; LARANJA: resíduos perigosos; BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; ROXO: resíduos radioativos; MARRON: resíduos orgânicos; CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

As Portarias MMA nº 221 e 217, com o objetivo de “propor políticas e diretrizes, normas e instrumentos técnicos, promover a articulação intra e intergovernamental, estabelecer e avaliar atividades”, formam juntas com os Decretos 99.685/1990, 2.783/1998, 4.131/2002, 5.940/2006 a base das atividades de coordenação do Programa A3P e do consumo sustentável na administração pública.

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e conhecida como RIO-92, sacramentou, em termos mundiais, a preocupação com as questões ambientais, reforçando os princípios e as regras para o combate à degradação ambiental. Uma das principais conquistas da conferência foi a elaboração da Agenda 21, instrumento diretriz do desenvolvimento sustentável que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2009, p. 31).

Agenda 21 é um documento aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Desenvolvimento que funciona como “leis” internacionais que devem ser cumpridas. Foi aprovada por diversos países signatários da Conferência Rio-92, a Agenda 21 parte do geral para o específico, com a finalidade de atingir suas metas de forma segura e eficaz apoiando-se no tripé compreendido por mudança, compromisso ético e mobilização social. É classificada da seguinte forma: Agenda 21 Global, Agenda 21 Nacional (brasileira) e Agenda 21 Local (município) tem por objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o País, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a

sociedade. Nesse sentido, o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira vem sendo conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), a partir de critérios e premissas específicas, que privilegiam uma abordagem multissetorial da realidade brasileira e um planejamento em longo prazo do desenvolvimento do País (CAVALCANTI, 2012).

A Agenda 21 significa a construção política das bases do desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é conciliar justiça social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica.

As diretrizes da A3P se fundamentam nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”, no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas” e, ainda, na Declaração de *Johanesburgo*, que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável” (MMA, 2009, p. 31).

Algumas Legislações que tratam especificamente dos temas relacionados diretamente aos eixos temáticos da A3P:

- Lei nº 12.349/2010b que altera o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993 com a inclusão da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como objetivo das licitações.
- Lei nº 12.305/2010a – Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece como objetivos a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- Decreto 7.404, de 2010d, que estabeleceu normas para execução da Política Nacional de Resíduos sólidos e instituiu o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Instrução Normativa nº 1/2010c do MPOG – estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

A IN é considerada um marco regulatório das compras de serviços e obras no Governo Federal ao estabelecer ações efetivas de sustentabilidade na Administração Pública, como afirmam Teixeira e Azevedo (2013):

A presente dinâmica insere o setor público no centro do debate do desenvolvimento sustentável e no papel de estimular uma readequação do mercado no que diz respeito aos serviços públicos impondo exigências às instituições públicas afetas à referida Instrução Normativa e às empresas parceiras, em particular, as fornecedoras que, por sua vez, passarão a apresentar produtos qualificados e a ofertarem serviços considerados ambientalmente sustentáveis. Esta situação se constitui um desafio não somente para as instituições públicas, mas também para todas as organizações privadas com as quais estabelecem parceria, pois a implementação da Instrução Normativa N01/2010 implica em uma mudança de paradigma que exige rupturas com valorações do passado incompatíveis com padrões sociais, econômicos e ambientais atuais e futuros mais duráveis. Com efeito, a Instrução Normativa N01/2010 pressupõe que as edificações públicas sejam realizadas com base na economia de baixo carbono e, conseqüentemente de acordo com um amplo leque de exigências que garantam entre outros requisitos, a diminuição do consumo de energia e água, além da utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental dessas edificações (TEIXEIRA; AZEVEDO, 2013, p. 141).

E em 2010 o Brasil finalmente tem uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com a aprovação da Lei nº 12.305. Regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010d, que estabelece um marco regulatório para o setor de resíduos sólidos, a PNRS revoluciona não só o campo propriamente dito do manejo e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, mas todo o modo de operar do setor empresarial e do setor público, que fica obrigado a implantar a coleta seletiva.

A PNRS institui um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos e metas importantes para o equacionamento dos diversos problemas ambientais atuais. Entre os mais importantes, o princípio do poluidor-pagador; a responsabilidade compartilhada dos fabricantes, importadores, comerciantes, distribuidores, cidadãos e titulares dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos pelo ciclo de vida dos produtos; a logística reversa dos resíduos que segundo a Lei 12.305 em seu art. 3º é o nome técnico do processo que responsabiliza os geradores dos resíduos e faz retornar à cadeia produtiva tudo que for reciclável (BRASIL, 2010a).

Destacadamente a PNRS apresenta três desafios importantes para alterar o quadro atual existente de grande desperdício econômico. O primeiro é prevenir e reduzir a geração dos resíduos sólidos; o segundo, eliminar os lixões e aumentar a disposição adequada dos rejeitos; e o terceiro, aumentar a reciclagem e a reutilização dos resíduos sólidos. É importante reforçar que a Lei nº 12.305, de 2010a, com muita propriedade buscou diferenciar o que são resíduos, aquilo que tem valor econômico, que pode ser reciclado ou reaproveitado, do que são rejeitos, aquilo que não pode ser reaproveitado ou reciclado. E ainda para a prevenção e redução da geração de resíduos, a mudança de hábitos de consumo é fundamental.

De acordo com Costa e Crespo (2012):

A efetiva implementação da PNRS, trará impactos positivos e dinâmicas virtuosas em muitas dimensões, o que permite caracterizá-la como um verdadeiro instrumento de promoção de sustentabilidade em nosso país. Além da imediata redução de impacto ambiental e da melhoria na qualidade de vida urbana, a lei traz consigo as obrigações e as ferramentas para que tanto o setor produtivo quanto a sociedade façam importantes revoluções no seu comportamento (COSTA; CRESPO, 2012, p. 56 – 62).

Outro desafio que a lei impõe são os prazos relativamente curtos, se considerados os processos complexos para a sua implementação. A erradicação dos chamados lixões a céu aberto e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverão ser implantadas até agosto de 2014 quando os aterros sanitários não poderão mais receber resíduos recicláveis, e todos os municípios deverão ter coleta seletiva funcionando, assim como a logística reversa dos resíduos sólidos.

Apesar de o texto legal exigir que o prazo seja cumprido sob pena de processo administrativo, a lei admite que os prefeitos formem consórcios para a gestão dos resíduos sólidos, caso a Frente Nacional dos Prefeitos não consiga a prorrogação do prazo, essa pode ser uma boa alternativa para os gestores municipais se adequarem as exigências legais.

Dentre as mais recentes normas ambientais, destacam-se a recomendação CONAMA nº 12/2011 (MMA, 2011) que indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade. O Projeto Esplanada Sustentável em 2012 (MMA, 2013) - composto pela A3P do MMA, PEG/MPOG, do PROCEL/MME e da Coleta Seletiva Solidária da Secretaria Geral da Presidência da República, com metas de redução nos gastos e consumos pela Administração Pública Federal. E o Decreto nº 7.746/2012 (BRASIL, 2012b), determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas. A Instrução Normativa nº 10/2012/MPOG (BRASIL, 2012a) - estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

O que se pode observar é que o poder público como gestor do processo de sustentabilidade ambiental em seus instrumentos legais, busca atuar de forma rígida para fazer cumprir a legislação proposta. Muito há que se fazer ainda, mas as bases foram implantadas, cabe agora a toda sociedade uma participação mais ativa para que os objetivos sejam alcançados.

### **3 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO A3P**

#### **3.1 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**

A unidade, alvo da pesquisa, oferece educação pública, com ações de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia localizado na cidade de Rio Verde, no Estado de Goiás, instituído por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O art. 2º da referida legislação, diz que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008a, p. 1).

Os Institutos Federais estão presentes em todos os Estados Brasileiros, e têm como finalidades e características, conforme determinado no art. 6º da Lei 11.892: ofertar educação profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento regional em todos os níveis e modalidades; promover a integração e verticalização da educação básica em conformidade com a educação profissional e superior; formar profissionais com vistas ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; qualificar os docentes para ofertar ensino de qualidade; desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; realizar pesquisa aplicada; e promover o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à preservação do meio ambiente.

O Câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano está localizado na região sudoeste do Estado de Goiás. Sua história começou a ser escrita em 5 de junho de 1967, quando é instalado e começa a funcionar como Ginásio Agrícola. Em 1969 é transformado em Colégio Agrícola e em 1979, passa a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO. No ano de 2002, por decreto do então presidente da República, a Escola passa por uma grande transformação e ganha o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde – GO (Cefet-Rio Verde). Com a expansão da Rede Federal de Ensino, ocorrida a partir de 2008, transforma-se em Instituto Federal e juntamente com mais outros 4 Câmpus, instalados nos municípios de Ceres, Iporá, Morrinhos e Urutaí, forma o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Em breve, serão agregados aos 5 Câmpus do IF Goiano outros 3, que serão implantados nos municípios de Campos Belos, Posse e Trindade.



O papel de destaque que um Instituto Federal assume na formação de profissionais, no fornecimento de informações e conhecimento e no processo de desenvolvimento tecnológico, pode e deve ser utilizado para construir uma sociedade sustentável. Para que isso seja possível os Institutos Federais precisam começar a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade ambiental em todas as suas rotinas diárias.

### **3.2 Descrição do processo de implantação**

A A3P é um projeto desenvolvido com o objetivo de estimular a adoção de critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, visando minimizar e ou eliminar os impactos de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos (RÊGO et al., 2011).

Toda Agenda deve ser elaborada a partir de um diagnóstico local buscando a participação de toda comunidade envolvida nas atividades diárias, desde os técnicos administrativos, discentes, docentes até os colaboradores terceirizados, pois cada órgão tem particularidades que irão definir quais ações podem ser implantadas para promover a sustentabilidade ambiental e econômica. Para tanto, as ações não podem ser planejadas de forma isolada pois só é possível se chegar à sustentabilidade através de ações complexas, desenvolvidas a partir de estudos bem estruturados.

Todos os procedimentos administrativos devem ser amparados e executados baseados em leis específicas às quais regulamentam o serviço público na sua esfera. No entanto, a primeira etapa para a implantação da A3P baseia-se na observação das falhas administrativas e culturais que geram impactos ambientais negativos.

A coleta de informações foi efetuada no mês de setembro de 2012, através de uma entrevista realizada com a Coordenadora do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), a Coordenadora do Setor de Licitações e a Diretora da Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), seguindo as temáticas da A3P.

Tendo por base algumas legislações ambientais vigentes no Brasil e a A3P, elaborou-se um *check-list*, adaptado de Kruger et al. (2011), o qual é composto com 52 questões e subdividido em cinco eixos temáticos, verificou-se junto à instituição pesquisada se a mesma atende ou não os objetivos e critérios definidos da A3P.

### 3.2.1. Diagnóstico, resultados e discussões

A partir da análise documental das exigências da A3P e do *check-list* proposto por Kruger et al. (2011) realizou entrevistas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) e a Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), os quais responderam ao *check-list*. Através das respostas foi possível identificar as ações e práticas da instituição que atendem a legislação ambiental e quais eixos temáticos da A3P devem ser implantados, sendo que para a análise dos resultados a fim de responder aos objetivos propostos, identificou-se duas opções possíveis de serem respondidas: “adesão” ou “não adesão”, caracterizando a análise qualitativa de dados.

A análise do *check-list* com base na percepção dos entrevistados e do pesquisador possibilitou identificar a aderência do órgão e as observações que justificam cada questão em relação às exigências da A3P.

No eixo 1, que trata sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos, obteve o seguinte resultados:

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Adesão	Não Adesão
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
O IF desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?		X
O IF desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?		X
O IF desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?		X
O IF desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico descartáveis?		X
O IF desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		X
No IF é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658/1990?	x	

Quadro 1: Aplicação da Pesquisa – Eixo 1 da A3P.

Fonte: Adaptado de Kruger et al (2011)

Analisando as respostas apresentadas no quadro 1, constatou-se que a Instituição não desenvolve nenhuma ação de monitoramento para reduzir o consumo do papel, energia e água. Porém, nos demonstrativos contábeis da entidade, é notória uma elevação no consumo de energia apenas no período do verão, o que é aceitável em decorrência do calor da região que exige a necessidade de uso do ar condicionado. Existem idéias quanto à utilização de canecas em substituição aos copos plásticos usados pelos servidores do órgão, mas ainda não implantada até o presente momento.

Quanto à questão da destinação dos materiais classificados como ociosos, recuperáveis, irrecuperáveis ou antieconômicos, existem poucos no IF, pois o órgão faz doação a instituições de caridade sem fins lucrativos, presídios e escolas.

Dando sequência à pesquisa, no quadro 2, são apresentados os resultados sobre a gestão dos resíduos na Instituição:

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Adesão	Não Adesão
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados		
O órgão pratica e incentiva a política dos 5R's?		X
O Órgão possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do o Decreto 5.940/2006?		X
A coleta seletiva no IF atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005 (padrão de cores para as coletas seletivas)		X
O órgão realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940/2006 (separação de resíduos na fonte e doação para cooperativas e associações de catadores)?		X
No órgão, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305/2010?		X

Quadro 2: Aplicação da Pesquisa – Eixo 2 da A3P.

Fonte: Adaptado de Kruger et al (2011)

Os resultados apresentados evidenciam que a gestão dos resíduos gerados pela Instituição ainda não é totalmente funcional. O lixo é separado pela empresa terceirizada para executar os serviços de limpeza e recolhido duas vezes por semana pelo serviço municipal de coleta. A instituição ainda não possui lixeiras seletivas e nem Comissão de Coleta Seletiva Solidária. De acordo com a Diretora de Administração e Planejamento, a Comissão está em fase de constituição e assim que for oficialmente formalizada, trabalhará no processo de conscientização e capacitação, monitoramento e avaliação da coleta seletiva na instituição, justificando assim a aquisição das lixeiras.

Já no que concerne a destinação das pilhas e lâmpadas, as mesmas são descartadas no lixo comum. Os produtos eletrônicos são destinados ao setor de patrimônio. Os pneus são trocados por serviços em oficinas mecânicas e os lubrificantes são doados a uma empresa que faz coleta seletiva do material. A próxima etapa da abordagem será sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No próximo quadro é abordado no Eixo 3 questões sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho abordando vários aspectos.

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Adesão	Não Adesão
<b>Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>		
O IF oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes os servidores e estagiários?		X
O IF atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?	X	
O IF possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?		X
O IF incentiva e respeita o tratamento impessoal?	X	
O IF possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?		X
O IF incentiva e respeita a privacidade pessoal?	X	
O IF possui controle da jornada de trabalho?	X	
O IF incentiva e respeita a liberdade de expressão?	X	
O IF possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		X
Os ambientes do IF, especialmente os de trabalho, são salubres?	X	
O IF incentiva/promove a integração social interna por senso comunitário?	X	
O IF possui programa de saúde ocupacional?		X
O IF possui programa de orientação nutricional?		X
O IF incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?	X	
O IF incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomiadas atividades a serem desenvolvidas?	X	
O IF incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	X	
O IF incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	X	
O IF incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	X	
O IF incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	X	

Quadro 3: Aplicação da Pesquisa – Eixo 3 da A3P.

Fonte: Adaptado de Kruger et al (2011)

A Instituição não possui atividades de ginástica laboral para os servidores e não há nenhum projeto para implantação. Quanto à acessibilidade, todas as instalações foram devidamente adaptadas e as novas obras estão sendo edificadas com as devidas exigências, conforme observado no quadro 3.

Com relação à ergonomia já existem alguns mobiliários, mas ainda há muitos equipamentos fora do padrão. A Instituição não possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, porém há um grupo de servidores profissionais da saúde para apoiar e auxiliar os demais servidores nos problemas físicos e psicológicos.

Existe no órgão o controle da jornada de trabalho por meio da Folha de Ponto, porém esse controle não é efetivo e ocorre para formalização. Quanto à salubridade, alguns ambientes são salubres, mas há alguns ambientes insalubres, no entanto os servidores lotados nestes locais recebem um percentual pela insalubridade.

Não há na Instituição programas de saúde ocupacional e orientação profissional.

Os horários dos servidores são flexibilizados e assim eles podem realizar os cursos de capacitação. O órgão promove ainda cursos internos e oferece ajuda financeira para que os servidores participem de cursos em sua área de atuação.

Quanto à integração social dos colaboradores, existem alguns eventos com essa finalidade, porém a participação ainda é mínima e percebe-se que a relação e integração entre eles são muito superficiais e se restringe a pequenos grupos.

Já na integração com a sociedade, a instituição tem a prática de participar de reuniões com entidades organizacionais a fim de evidenciar as necessidades da região. Promove também alguns eventos culturais, tais como o Festival de Música que envolve toda a comunidade do órgão e da cidade.

O quadro 4 pesquisa sobre o quarto eixo da A3P e trata sobre a sensibilização e capacitação dos servidores no que concerne à responsabilidade socioambiental.

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Adesão	Não Adesão
Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores		
O IF desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?		X
O IF desenvolve ações de sensibilização/capacitação com os docentes?		X
O IF promove a educação ambiental ao corpo discente?		X
No IF, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?		X
O IF desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?		X
O IF produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?		X

Quadro 4: Aplicação da Pesquisa – Eixo 4 da A3P.

Fonte: Adaptado de Kruger et al (2011)

Conforme observado no quadro 4, foi constatado que no órgão não existe ainda nenhuma ação de educação ambiental junto aos servidores docentes, gestores e a comunidade.

Na questão da sensibilização e capacitação do corpo docente e discente o que se apurou em conversa com o Diretor de Ensino da Instituição é que alguns professores abordam a questão da sustentabilidade ambiental dentro de suas disciplinas.

Já no quesito da divulgação de material educativo voltado para a conservação e preservação do meio ambiente, a instituição ainda não possui nenhum projeto destinado para este fim, mas está em fase de constituição uma comissão que irá atuar nesse eixo.

O último eixo da A3P a ser abordado refere-se às Licitações Sustentáveis nas obras públicas, aquisições de bens e serviços (quadro 5).

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Adesão	Não Adesão
<b>Eixo 5 – Licitações Sustentáveis</b>		
<b>1 - Obras Públicas</b>		
Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?	X	
<b>2 - Aquisição de Bens</b>		
É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?		X
É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?		X
Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?	X	
É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?		X
É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?		X
O IF adquire produtos reciclados?		X
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20/1994, que instituiu o selo ruído?		X
Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?	X	
Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?		X
<b>3 - Serviços Públicos</b>		
Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?	X	
Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?		X
Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários?	X	
Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados?		X
Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?	X	
Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?	X	

Quadro 5: Aplicação da Pesquisa – Eixo 5 da A3P.

Fonte: Adaptado de Kruger et al (2011).

Nas licitações de obras, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 exige que os projetos sejam elaborados visando à redução do consumo de energia e água com utilização de tecnologias e materiais que promovam a redução do impacto ambiental. Para conseguir atender as recomendações estabelecidas pela IN o órgão optou pela adoção de licitações cujo custo final ficou maior que o permitido, o que foi justificado por constatarem que este fato não feriu o princípio da economicidade pois se comparado à economia futura com a redução de gastos com energia e água, os benefícios ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, sem dúvida a proposta mais vantajosa para a Instituição seria aquela que segue os princípios da Instrução Normativa nº 01 de 2010.

Nos editais de aquisição de materiais foi exigida à comprovação da origem da madeira e outros aspectos ligados à preservação ambiental. Porém ainda, tais inserções ocorreram de forma sutil.

Não foi dada preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como para materiais que não prejudiquem a natureza, conforme quadro 5.

Não foi observado o critério estabelecido pelo CONAMA 20/1994 (selo ruído) na aquisição de equipamentos eletrônicos (quadro 5).

Os veículos foram comprados por meio de CARONA, ou seja, o Edital foi elaborado por outro órgão, portanto se desconhecem as exigências do instrumento convocatório, entretanto os automóveis adquiridos são bicompostíveis.

As especificações dos produtos a serem adquiridos chegam, ao Setor de Licitação, prontas, não sendo permitido a este setor alterá-las. A preferência por produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento deve partir do solicitante do produto que pode ser orientado pelo servidor que realiza a discriminações dos produtos.

A maioria das licitações é realizada por meio de pregão eletrônico. Na contratação de serviços terceirizados houve a inclusão de regras ligadas à redução de consumo de água e energia elétrica, equipamentos de segurança e exigido a empresa treinamento dos empregados. Porém, não foram exigidos equipamentos que não gerem ruídos e a separação de resíduos sólidos descartados.

Quanto às respostas negativas no quadro 5 foi informado que o IF está implantando aos poucos questões relacionadas à sustentabilidades. Uma comissão está sendo constituída para tratar e implantar de forma definitiva todas as ações previstas de forma legal.

### **3.2.2 Análise dos resultados**

Foi feita uma análise integrada dos resultados do diagnóstico inicial nos 5 eixos. Conforme demonstra o quadro 6 constata-se que a instituição adere precariamente aos critérios estabelecidos em cada eixo quanto às recomendações do MMA sobre Responsabilidade Socioambiental e na legislação ambiental aplicadas a A3P, que visa reduzir os impactos causados no decorrer de suas atividades.

Eixo	Número de itens			Participação (%)	
	Adere	Não adere	Total	Adere	Não adere
1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	1	5	6	16,67%	83,33%
2 – Gestão adequada dos resíduos gerados	-	5	5	0,00%	100,00%
3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	13	6	19	68,42%	31,58%
4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	-	6	6	0,00%	100,00%
5 – Licitações sustentáveis	6	10	16	37,50%	62,50%

Quadro 6: Análise integrada do grau de aderência do órgão à A3P.

Em relação ao eixo que se refere ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos (quadro 6), constatou-se que o órgão realiza apenas uma ação que se refere à destinação dos bens móveis.

Quanto à destinação adequada de resíduos gerados, proposto pelo segundo eixo, a Instituição não desenvolve nenhuma ação que estimula os servidores a racionar o consumo em geral, bem como não atende plenamente a legislação em relação à coleta seletiva, conforme quadro 6.

Quanto à qualidade de vida de seus colaboradores, conforme quadro 6, uma das ações promovidas pela instituição quanto à saúde dos servidores e dependentes é a co-participação no plano de saúde e odontológico. Os prédios possuem boa estrutura física, atendem as exigências de acessibilidade proporcionando assim uma boa condição de trabalho a todos. Os servidores têm oportunidade de realizar os cursos de capacitação, recebem ajuda financeira, liberação da jornada de trabalho com compensação e licença remunerada para capacitação.

O quarto eixo observa a sensibilização e capacitação dos servidores. Constatou-se que a abordagem do órgão é pequena, restringindo-se apenas aos discentes que recebem aulas de educação ambiental, conforme dados apresentado no quadro 6.

O quinto eixo refere-se às licitações sustentáveis, ou seja, aquisição de obras, serviços e produtos que atendam a padrões adequados de sustentabilidade. Conforme quadro 6 pode-se observar algumas ações, como a aquisição de produtos ecologicamente corretos ou reciclados apesar dos preços serem elevados, o órgão tem optado por suas compras. São exigidas as comprovações da origem da madeira; tem sido estimulada aquisição de veículos que utilizam bicomustíveis; a inclusão nos editais de regras ligadas a redução do consumo de água, energia e equipamentos de proteção e segurança no trabalho.



Nos resultados apresentados no quadro 6, verificou-se que o órgão teve uma adesão de 37,5% nos 5 eixos pesquisados. Observou-se a necessidade de adequação das práticas do IF, para promoção da gestão ambiental e da conseqüente sustentabilidade ambiental na organização, para tanto foi sugerida a implantação da A3P no órgão.

### **3.2.3 Fases da implantação**

No mês de agosto de 2012 foram escolhidos e nomeados através de portaria 12 (doze) servidores para formar a Comissão Gestora da A3P no Câmpus.

Após a análise do diagnóstico por toda a comissão foram definidas quais ações seriam implantadas. Foram escolhidas as pessoas que seriam responsáveis pelo acompanhamento e execução de cada ação.

No dia 10 de outubro de 2012, após vários contatos com servidores do Ministério do Meio Ambiente foi assinado o Termo de Adesão do IF Goiano – Campus Rio Verde e o MMA para implantação da A3P no Câmpus, formalizando assim a parceria entre os órgãos para cumprimento e execução das metas fixadas no cronograma (Anexo A).

No dia 16 de outubro de 2012 foi realizado o lançamento da Agenda A3P no IF em um evento realizado no auditório do Câmpus. No primeiro momento houve uma exposição sobre o Projeto e em seguida foram distribuídas canecas ecológicas para todos os servidores técnicos administrativos, docentes e terceirizados (Apêndice A).

Essa ação é uma das metas do “Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” do cronograma de implantação e seu objetivo é diminuir o uso de copos plásticos no Câmpus, evitando assim o descarte de resíduos e reduzindo o impacto ambiental.

Logo após o evento de lançamento foi realizado o plantio de 300 mudas de árvores nativas em uma área de preservação permanente do Câmpus. Houve a participação dos servidores e do Reitor do IF Goiano (Apêndice B).

Na semana seguinte foram fixados adesivos em todo o Câmpus.

Em lugares próximos aos bebedouros foram colocados adesivos com a seguinte frase: “vai beber água, use sua caneca” (Apêndice C).

Nos banheiros e em todos os locais onde possuem torneiras os adesivos: “não desperdice, feche bem a torneira” (Apêndice C).

Próximo aos interruptores foram fixados os adesivos com os dizeres: “apague a luz ao sair” (Apêndice C).

Em Fevereiro de 2013 todos os alunos receberam o kit ecológico composto por folder informativo da A3P, uma agenda do estudante, uma caneta confeccionada com material reciclável e uma caneca feita com 40% de fibra de coco (Apêndice D).

Essa ação é uma das metas do “Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores” e teve o objetivo de promover a sensibilização das pessoas em relação a pequenas atitudes que podemos praticar em nossas rotinas diárias que contribuem com a redução do descarte de resíduos, a economia no uso de recursos naturais como a água e a redução no gasto com energia e elétrica.

### **3.2.4 Resultados alcançados após a implantação da A3P**

Através da coleta de dados realizados nos meses de julho a setembro de 2013 os resultados alcançados em cada ação implantada refletem a situação atual da implantação do programa A3P e são descritos a seguir.

#### **Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**

##### **Energia e água**

Com relação a essa ação foi contratada uma empresa para realizar uma readequação de toda rede elétrica corrigindo possíveis falhas operacionais e técnicas gerando assim economia de energia na utilização dos equipamentos.

Lâmpadas e torneiras com sensores ainda não foram instalados mas estão em fase de implementação.

Na figura 3 constata-se uma pequena redução no consumo de energia no Câmpus. Após o término da manutenção em toda a rede elétrica e com a sensibilização de toda a comunidade espera-se uma redução maior desse gasto com energia.

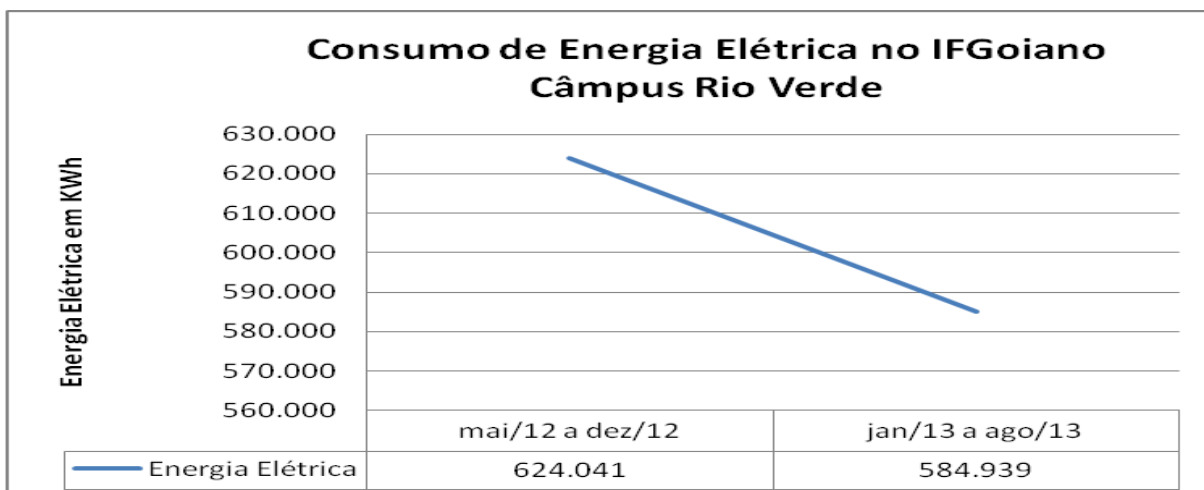


Figura 03 – Consumo de energia elétrica em 2012 e 2013.

## Material

Após a distribuição das canecas aos servidores foi verificada uma redução bastante considerável na utilização dos copos descartáveis nos setores administrativos. Uma quantidade pequena de copos descartáveis ainda é distribuída em eventos ou aos visitantes.

Em relação a utilização das canecas pelos alunos percebeu-se uma resistência por parte da maioria dos discentes em usá-las, isso justifica a pequena redução no consumo dos copos como demonstrado na figura 4. Para o próximo ano foi decidido que no “kit ecológico” a caneca será substituída por *squeeze* que segundo pesquisa junto a comunidade a utilização das garrafinhas seria mais prático para se usar no Câmpus.

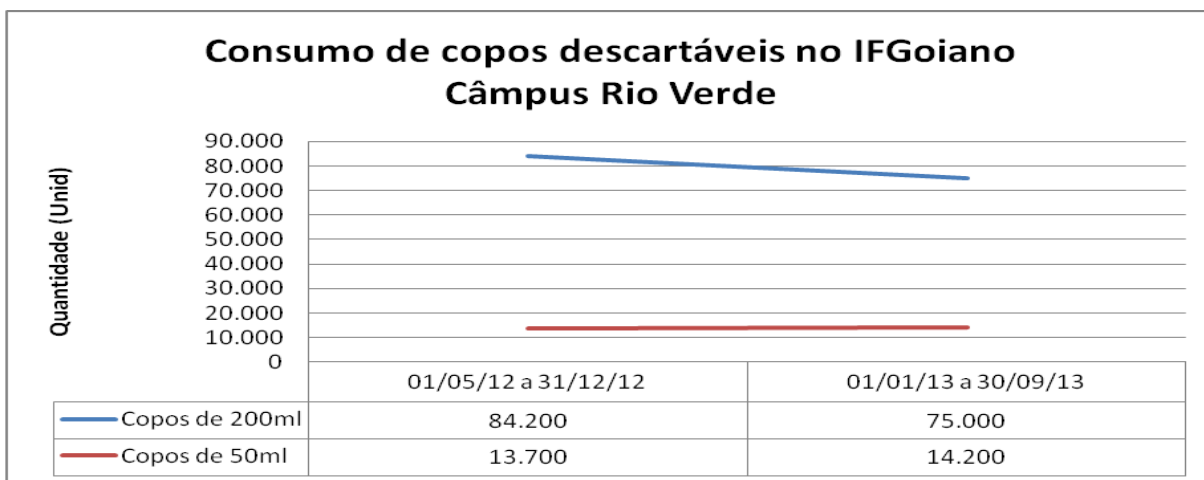


Figura 04 – Consumo de copos descartáveis no Câmpus em 2012 e 2013.

Foi solicitado ao setor de compras que para as próximas aquisições seja dada preferência a copos descartáveis de papel por serem mais sustentáveis que os copos feitos de plástico.

## **Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados**

A Lei 12.305 no Capítulo II, Art. 3º define a coleta seletiva como o coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

Esta prática da separação dos resíduos orgânicos (restos de alimentos, cascas de frutas, legumes, etc.) e dos resíduos inorgânicos (papéis, vidros, plásticos, metais, etc.) facilita a reciclagem, aumenta o potencial de reaproveitamento e a destinação correta.

Essa ação foi implantada no Câmpus em setembro de 2013. A demora aconteceu pela lentidão do processo de compras públicas que é extremamente burocrático e exige-se o cumprimentos de prazos legais extensos para concluir todo o processo. As lixeiras e *containers* foram comprados em setembro de 2012 e a empresa vencedora entregou os produtos no mês agosto de 2013, quase uma ano após o início do processo de aquisição.

Foram adquiridas além de 02 pares de *containers* de 700 e 1000 litros mais 40 pares de lixeiras para separação dos resíduos em “reciclável” e “não reciclável” que foram distribuídas pelo Câmpus. Para o próximo ano está prevista a aquisição de uma quantidade significativa de lixeiras e container para que todo o Câmpus possa ter esses recipientes e aumentar a eficiência na coleta seletiva dos resíduos (Apêndice E).

Em relação a esse eixo foi realizado um estudo a respeito dos elementos do gerenciamento destes. Decidiu-se firmar no mês de outubro um convênio com uma empresa local para a coleta e descarte dos resíduos recicláveis.

Um grupo de alunos bolsistas orientados por alguns professores dos cursos de Engenharia Ambiental, Saneamento Ambiental e Gestão Ambiental ficaram responsáveis por todo acompanhamento e controle dos resíduos coletados pela empresa parceira. Cursos e oficinas de Educação Ambiental estão programados para serem iniciados nos meses de outubro e oferecidos aos servidores, aos discentes e aos colaboradores terceirizados responsáveis pela limpeza e conservação do Câmpus. Todo o material informativo como *banners* e cartazes que serão usados nas oficinas de sensibilização foram elaborados pelos bolsistas juntamente com os professores (Apêndice F).

### **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

Qualidade de vida no ambiente de trabalho é o eixo da A3P com o propósito de promover saúde e bem estar aos servidores do Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde.

O clima organizacional representa fator importante na determinação da qualidade de vida no trabalho.

Chiavenato (1999) define clima organizacional:

O clima organizacional reflete o modo como as pessoas interagem umas com as outras, com os clientes e fornecedores internos e externos, bem como o grau de satisfação com o contexto que as cerca. O clima organizacional pode ser agradável, receptivo, caloroso e envolvente, em um extremo, ou desagradável, agressivo, frio e alienante em outro extremo (CHIAVENATO, 1999, p. 440).

A qualidade de vida no trabalho afeta atitudes pessoais e comportamentais relevantes para a produtividade individual e grupal. São vários os benefícios resultantes dessa mudança no clima organizacional, dentre eles podemos citar: satisfação com o trabalho executado; possibilidades de ascensão profissional na instituição; reconhecimento pelos resultados alcançados; aumento na remuneração salarial com gratificações de função e outros benefícios remuneratórios; melhor relacionamento humano dentro da organização.

Para avaliar o ambiente de trabalho da Instituição foi aplicada uma pesquisa de clima organizacional (anexo B), que é um instrumento voltado para fazer análise do ambiente interno, e mapear os aspectos positivos e negativos que configuram o momento motivacional dos servidores da Instituição (CHIAVENATO, 1999).

O instrumento utilizado foi um questionário adaptado de Chiavenato (1999) com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, aplicado no período de 06 a 14/09/2012. Foi respondido pelos servidores sem que suas identidades fossem reveladas. Dos 116 (cento e dezesseis) servidores Técnicos Administrativos, 65 (sessenta e cinco) responderam, enquanto que de 88 (oitenta e oito) Professores apenas 3 (três) responderam o questionário. Os professores foram comunicados e convidados por e-mail a participarem da pesquisa, já os técnicos administrativos foram abordados em seus postos de trabalho (anexo B).

Essa pesquisa apontou alguns indicadores possibilitando assim a construção do diagnóstico organizacional.

O treinamento sobre trabalho em equipe visa melhorar cada indivíduo em relação ao grupo, aprimorando as relações interpessoais ensinando a valorizar a comunicação entre os membros da equipe. Proporciona ao grupo vislumbrar vantagens do trabalho em equipe, tais

como, complementaridade, interdependência e sinergismo de ações, disposição para compartilhar objetivos e resultados.

Na figura 5 foi abordada a questão sobre o relacionamento entre os membros da equipe, com seis opções para serem apontadas o grau de satisfação dos entrevistados.

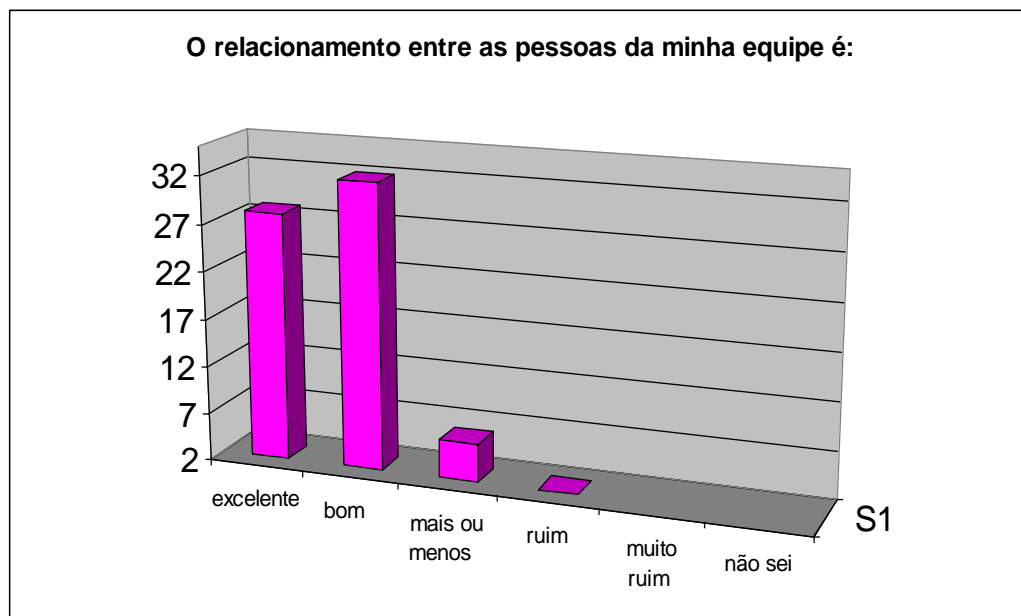


Figura 5 – Relacionamento entre as pessoas da equipe  
Fonte: Aplicação da pesquisa de clima organizacional.

Analisando os dados da figura 5 nota-se que a grande maioria dos servidores considera bom ou excelente o relacionamento entre as pessoas. Um bom relacionamento entre a equipe reflete em mais produtividade e eficácia nas atividades diárias.

Na figura 6 a abordagem é sobre o grau de satisfação dos servidores na sua relação com seus superiores imediatos. Um bom relacionamento entre superiores e colaboradores é um forte indicador de produtividade e eficiência nas atividades profissionais. Cabe aos gestores buscar todas as formas de manter uma boa convivência diária com seus subordinados oferecendo oportunidades de capacitação e incentivos financeiros, para que possam superar suas limitações técnicas e se sentirem motivados no seu ambiente de trabalho.

O resultado foi bastante positivo nessa abordagem, constatou-se que a maioria dos servidores considera “bom” e um número considerável de servidores considera excelente o relacionamento entre o colaborador e superior imediato.

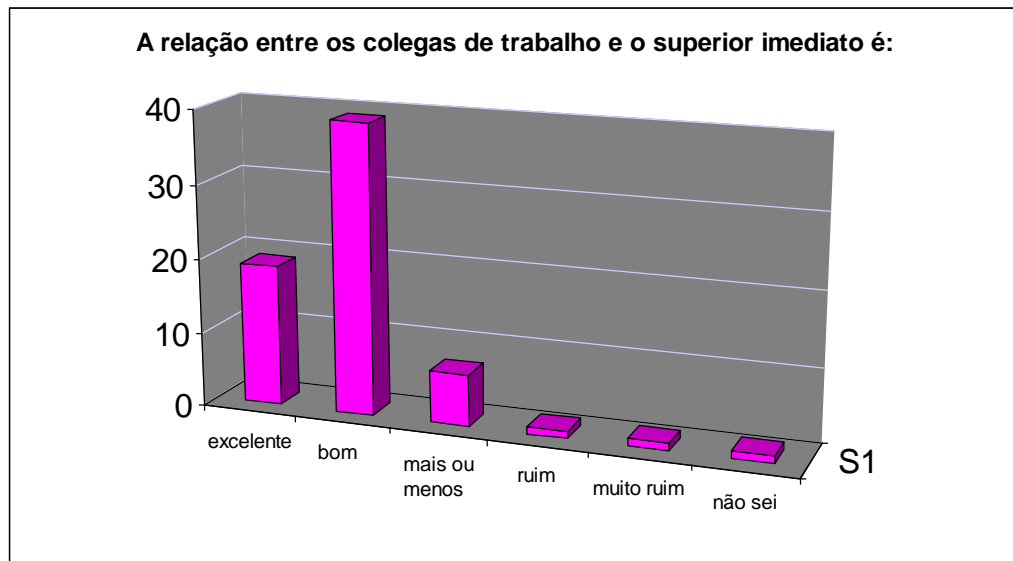


Figura 6 – Relacionamento entre os colaboradores e o superior imediato.  
 Fonte: Aplicação da pesquisa de clima organizacional .

Na figura 7 o questionamento foi se a instituição tem interesse no bem estar dos seus servidores. A maioria acredita que “às vezes” a instituição possui interesse verdadeiro e transparente no bem-estar dos servidores e um número menor mais que requer atenção respondeu “raramente”, isso reflete certa insatisfação que inspira uma ação mais específica que promova o bem estar dos servidores.

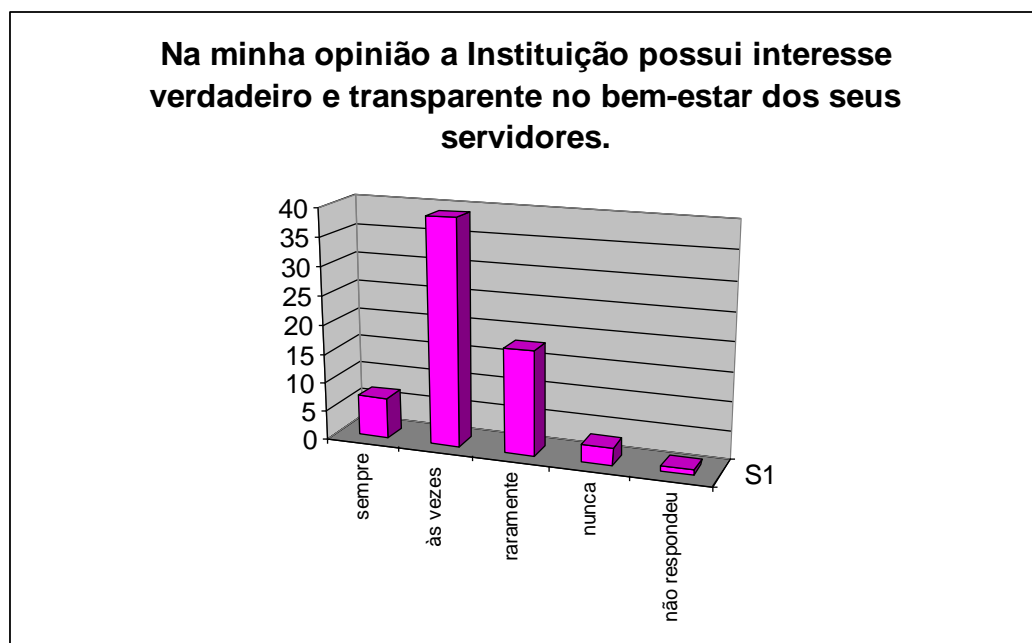


Figura 7 – Interesse da instituição no bem estar dos servidores.  
 Fonte: Aplicação da pesquisa de clima organizacional .

A próxima informação a ser observada, conforme figura 8, foi sobre o grau de satisfação dos servidores com os treinamentos oferecidos pela instituição. Cada vez mais um número significativo de organizações buscam aprimoramentos pessoais, profissionais e institucionais e o treinamento é visto como investimento. Treinar é ensinar, mudar comportamento, fazer com que as pessoas adquiram novos conhecimentos, ou seja, ensiná-las a mudar de atitude.

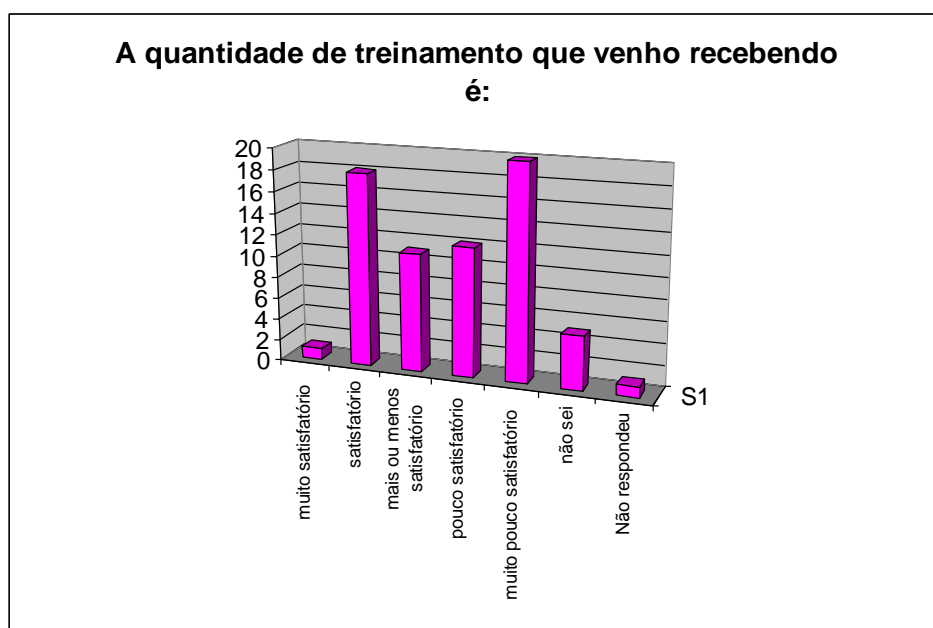


Figura 8 – Grau de satisfação em relação a quantidade de treinamentos recebidos.  
Fonte: Aplicação da pesquisa de clima organizacional.

Apesar da maioria dos servidores ter respondido que estão “muito pouco satisfeitos” com a quantidade de treinamento oferecido pelo Câmpus (figura 8), um número expressivo de colaboradores está satisfeita. Essa pequena diferença constatada não representa uma questão difícil de ser corrigida.

Na figura 9 foi abordado o grau de satisfação dos colaboradores em relação a carga horária de execução dos serviços.

Analisando esse item percebe-se que a maioria dos servidores está satisfeita com a carga horária de trabalho. Uma pequena minoria demonstra insatisfação com a quantidade de horas trabalhadas. Está sendo estudada a possibilidade da redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais para alguns setores do Câmpus, se for aprovada essa medida entrará em vigor no próximo ano.



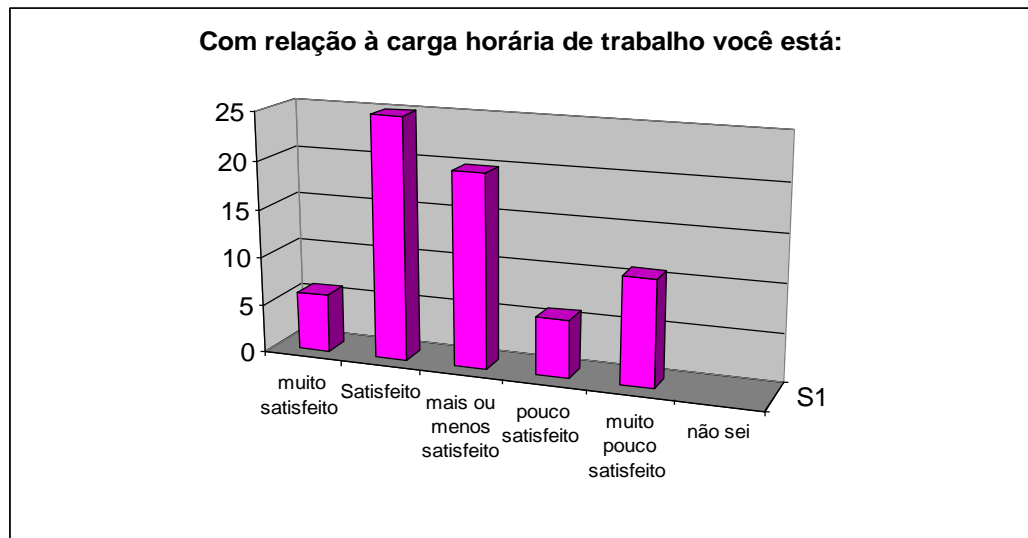


Figura 9 – Grau de satisfação em relação a carga horária de trabalho.  
 Fonte: Aplicação da pesquisa de clima organizacional.

A análise final da pesquisa de Clima organizacional apontou vários aspectos positivos tais como o relacionamento entre gestores e demais servidores, autonomia em propor melhorias na execução do trabalho, reconhecimento pelo trabalho que realiza e a satisfação em trabalhar na Instituição. Por outro lado, apontaram alguns aspectos que precisam ser melhorados na Instituição pois se forem supridas as falhas o órgão poderá se beneficiar com uma maior produtividade e eficácia nas atividades diárias da instituição.

Após a análise dos resultados obtidos na pesquisa foi elaborado uma proposta de treinamento para os servidores do Câmpus Rio Verde e enviado ao departamento de Recursos Humanos para o estudo de vários treinamentos e capacitações a serem oferecidos nos próximos anos (anexo C).

Sugriu-se a implantação de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal envolvendo os temas: liderança, empreendedorismo, desenvolvimento de equipe, motivação, melhoras na comunicação e no *feedback*.

Em relação à Ginástica Laboral foi nos informado que para o próximo ano os coordenadores da Diretoria de Extensão do Instituto Federal pretendem firmar um convênio com outras faculdades para que alunos estagiários dos cursos de Fisioterapia e Educação Física realizem esse tipo de ginástica com os servidores da instituição.

Quanto aos equipamentos e mobiliários ergonômicos foi realizado um levantamento pela fisioterapeuta do Câmpus de todos os itens que precisam ser adquiridos para que todos os

servidores possam realizar suas atividades de forma saudável, tranquila e eficaz. Esses materiais e mobiliários serão adquiridos no próximo ano.

#### **Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores**

Ainda existem poucas ações de Educação Ambiental no IF Goiano – Câmpus Rio Verde. A mais significativa até o momento foi a distribuição do kit ecológico aos alunos no início do ano. Membros da comissão local da A3P ao visitarem as salas para distribuir o material, fizeram uma breve exposição sobre cada item do kit e diversas informações gerais sobre sustentabilidade. (apêndice D)

Foram ofertadas no mês de setembro de 2013 oito bolsas de estágio remunerado para alunos dos Cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental para executarem dois projetos que estão em fase de elaboração, um em “Educação Ambiental” que tem como justificativa “a busca de um diálogo permanente, não apenas em sala de aula, mas todo o contexto educacional, onde professores, acadêmicos e comunidade criam um ambiente de educação conjunta referente as discussões socioambientais e de sustentabilidade”; e o outro projeto é a “Implantação do programa de coleta seletiva no IF Goiano – Câmpus Rio Verde” que tem como justificativa “promover a conscientização e sensibilização ambiental da comunidade acadêmica do campus, por meio da implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos como parte das ações da agenda ambiental local (programa A3P)”. Esses projetos serão concluídos no mês de outubro quando as atividades propostas começarão a ser realizadas.

Espera-se com os projetos despertar em todos a responsabilidade socioambiental e promover mudanças nos hábitos diários de toda comunidade da instituição.

#### **Eixo 5 – Licitações Sustentáveis**

Pouco se avançou nesse eixo desde o início do projeto em agosto de 2012. Os produtos sustentáveis que serão adquiridos no próximo ano se resumem aos copos de papel em substituição aos copos de plástico, mais 300 pares de lixeiras e 20 pares de *containers* para coleta seletiva.

Pretende-se nas futuras contratações de serviços de Construção civil introduzir desde o início no projeto básico de engenharia itens sustentáveis como torneiras e lâmpadas com sensores e uma quantidade maior de janelas para iluminação natural do ambiente.

A comissão A3P enviou ao setor de compras alguns manuais sobre “Compras sustentáveis” e espera-se para os próximos anos, após as oficinas de educação ambiental e treinamentos sobre compras, um número maior de itens sustentáveis sejam adquiridos para o Câmpus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou a gestão ambiental em órgãos públicos através do estudo sobre a implantação da Agenda Ambiental Pública no Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde. Entre os objetivos da A3P está a incorporação de princípios de responsabilidade socioambiental nas atividades diárias dos órgãos públicos. A Agenda pretende instaurar a construção de uma nova cultura organizacional nos órgãos públicos, visando a implementação de técnicas de educação ambiental que busquem a conscientização dos servidores para a otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho

Cabe, portanto, aos gestores públicos, adotarem práticas e rotinas administrativas sustentáveis em seus órgãos. Nesse sentido, a inserção da A3P se encaixa no perfil das mudanças propostas ao IF para implantar um sistema de gestão ambiental mais eficiente e que seja bem aceito por toda a comunidade.

Entretanto, percebeu-se uma resistência e pouco interesse da comunidade em participar na execução das ações que foram inseridas.

Observou-se dois fatores que podem ter causado essa desmotivação no envolvimento com a agenda e no cumprimento do cronograma de implantação da A3P no IF Goiano - Câmpus Rio Verde. O primeiro deles é a demora na aquisição de produtos e equipamentos, que se deve a obrigatoriedade do cumprimento das normas legais dos processos licitatórios de compras dos órgãos públicos. Normalmente um processo de aquisição de produtos e serviços públicos tem um ciclo de duração de 6 a 12 meses para ser iniciado e concluído. O segundo, e mais significativo, que justifica o envolvimento de poucos colaboradores no projeto foi a constatação de uma pequena parcela de pessoas com consciência ambiental interessadas em promover a sustentabilidade e realizar as mudanças necessárias para uma efetiva redução dos impactos ambientais.

A conscientização e a tecnologia são ferramentas importantes para minimizar os problemas ambientais. A prática educativa ambiental aguça saberes, valores, atitudes e sensibilidades na qual exerce a motivação local para a ação global.

Nesse contexto, a Educação Ambiental assume o compromisso com uma transformação social da realidade, visando estabelecer novas formas de relação ser humano, sociedade, natureza. Além disto, fundamenta práticas sociais efetivas, ações relevantes e multiplicadoras, que levem à reestruturação do estilo de vida humana e a valorização de todas as formas de vida.

Do ponto de vista da busca por ações que visem ao desenvolvimento sustentável é importante ressaltar as possibilidades do trabalho da Educação Ambiental com grande potencial de impacto social, econômico ou ambiental. Com isso será possível pensar novas estratégias para a produção de conhecimento voltado para ações aplicáveis e que consiga promover um modelo de gestão mais sustentável no Instituto Federal Goiano – Câmpus Rio Verde.

Outras alternativas a serem experimentadas, como incentivo à efetiva mudança de atitude na realização das atividades diárias do órgão, seria a possibilidade de pontuação nos Programas de qualificação de servidores do IF Goiano e a premiação para projetos que visem promover a sustentabilidade ambiental dentro do órgão.

Destaca-se que, para o processo de mudança de atitudes e costumes nas rotinas diárias, não basta ter boas ideias e muito conhecimento intelectual, é preciso que a vontade se transforme em ações efetivas de mudanças comportamentais.

Desta forma, existe a possibilidade de inserirmos cidadãos capazes de se reconhecerem como atores responsáveis pela sustentabilidade social e ambiental no meio onde ele se encontra.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Procedimento geral da Marca ABNT – Qualidade Ambiental*. Disponível em: < [http://rotulo.abnt.org.br/pdfs/PG-11%2003\\_Procedimento\\_Geral\\_Marca\\_ABNT.pdf](http://rotulo.abnt.org.br/pdfs/PG-11%2003_Procedimento_Geral_Marca_ABNT.pdf)>. Acesso em 24 mai. 2013

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para elaboração dos critérios da Marca ABNT – Qualidade Ambiental*. Disponível em: <[http://rotulo.abnt.org.br/pdfs/PG-2002\\_Diretrizes\\_elaboracao\\_criterios\\_Marca\\_ABNT.pdf](http://rotulo.abnt.org.br/pdfs/PG-2002_Diretrizes_elaboracao_criterios_Marca_ABNT.pdf)>. Acesso em 24 mai. 2013.

AMBIENTE BRASIL. *A Gestão ambiental na empresa*. Paraná, 2013. Disponível em: <<http://ambiente.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/agestaoambientalnaempresa.html>>. Acesso em 24 mai. 2013.

BARATA, M. M. L., KLIGERMAN, D. C., MINAYO-GOMES, C. *A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica*. Revista Ciência e saúde coletiva. Rio de Janeiro, vol.12, n.1, Jan./Mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=1413-81232007000100019>>. Acesso em 19 mai. 2013.

BARBIERI, J. C., VASCONCELOS, J. F. G., ANDREASSI, T. VASCONCELOS, F. C. *Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições*. RAE. São Paulo, v. 50, nç 2, abr/jun. 2010. 146-154. ISSN 0034-7590. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n2/02>>. Acesso em 20 mai. 2013

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Capítulo VI do Meio Ambiente, art. 225. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL. *Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (a)*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em 20 mai. 2013.

BRASIL. *Lei 9.605, de 31 de agosto de 1998 (a)*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em 20 mai. 2013.

BRASIL. *Lei 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL, *Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (a)*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. *Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 (a)*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL. *Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010 (b)*. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm>>. Acesso em 20 mai. 2013.

BRASIL. *Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (c)*. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.comprasnet.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL, *Instrução Normativa nº 10, de 14 de novembro de 2012 (a)*. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990*. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99658.htm)>. Acesso em 08 mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998*. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2783.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2783.htm)>. Acesso em 08 de mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002*. Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4131.htm)>. Acesso em 08 mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)>. Acesso em 08 mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 (d)*. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm)>. Acesso em 15 mai. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (b)*. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm)> . Acesso em 15 mai. 2013.

BRASIL. *Agenda ambiental na administração pública*. Brasília: MMA/Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2012 (c).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Portaria n. 221, de 10 de setembro de 2004*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 03 mai. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Portaria n. 217, de 30 de julho de 2008 (b)*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 03 mai. 2013.

CAVALCANTI, M. L. S. A. *Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P – Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos*. Disponível em <<http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/299-revista-controle-volume-x-n-1-jan-jun-2012/1776-artigo-9-administracao-publica-e-agenda-ambiental-a3p-consideracoes-sobre-a-implementacao-nos-orgaos-publicos?Itemid=592>>. Acesso em 18 mai. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 9ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE. *Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20): O Futuro que Queremos*. Disponível em: <<http://www.rets.org.br/sites/default/files/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em 23 mar 2013.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE. *Pesquisa Ciclossoft 2012 - Radiografando a coleta seletiva*. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ciclossoft\\_2012.php](http://www.cempre.org.br/ciclossoft_2012.php)>. Acesso em 20 mai 2013.

COSTA, S. S. da, CRESPO, S. A política Nacional de Resíduos Sólidos. In: TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável 2: novos rumos para um planeta em Crise*. São Paulo: Editora Globo, 2012, p. 56 – 62.

DEMAJOROVIC, J., HUERTAS, M. K. Z., BOUERES, J. A., SILVA, A. G. da, SOTANO, A. S. *Logística Reversa: como as empresas comunicam o descarte de baterias e celulares?* R A E, São Paulo, v. 52, n. 2. 165-178, mar/abr. 2012. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/7067](http://www.spell.org.br/documentos/download/7067)>. Acesso em 19 mai. 2013.



DIEESE. *Normas de Responsabilidade Social da ISO e da ABNT: subsídios para o movimento sindical*. Nota Técnica, nº 29, julho de 2006. Disponível em: <<http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/responsabilidade001.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2013.

GALLO, E., SETTI, A. F. F., MAGALHÃES, D. de P., MACHADO, J. M. H., BUSS, D. F., NETTO, F. de A. F., BUSS, P. M. *Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6):1457-1468, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a10.pdf>>. Acesso em 25 mar 2013.

GARCIA, M. N., SILVA, D. da, PEREIRA, R. da S., ROSSI, G. B., MINCIOTTI, S. A. *Inovação no comportamento do consumidor: recompensa às empresas socioambientalmente responsáveis*. *RAI - Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 73-91, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/98/2/Inovacao%20no%20Comportamento%20do%20Consumidor.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2013.

GEO BRASIL, *Integração entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: 1972-2002*. Brasil, 2004.

HULLER, A. *A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão*. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v. 25, julho a dezembro de 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/indicadores/defalut.asp](http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/defalut.asp)>. Acesso em 24 mai. 2013

INSTITUTO VITAE CIVILIS CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE. *O que é Agenda 21* (notícia divulgada em 27/03/2012). Disponível em: <<http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/temas/agenda-21/o-que-e-a-agenda-21>>. Acesso em 30 mar. 2013.

KRUEGER, S. D., PFITSCHER, E. D., FREITAS, C. L., PETRI, S. M. *Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior – Uma Análise da Aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*, Ver; GUAL., Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011

LAGE, A. C. *Administração Pública orientada para o desenvolvimento sustentável – um estudo de caso: Os ventos das mudanças no Ceará também geram energia*. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3547>>. Acesso em 25 mai. 2013.

LAMBERT, Jean-Marie. *Direito das Mudanças Climáticas*, Goiânia, 2008.

LERINO, G. V., HULLER, A., CARDOSO, A. C. L., MENEZES, J. de M., PERSIGO, L. A. de A. *Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos do município de Santo Ângelo-RS*. *Revista Educação Ambiental em Ação*. n.29 p. 47-52, 2009.

MATOS, K. M. *Responsabilidade Socioambiental nos órgãos públicos: um novo modelo de gestão*. 2010. Disponível em: <[http://www.museologia.org.br/simposio/images/stories/apresentacoes/Mesa\\_02\\_Karla-Matos-Ministerio-Meio-Ambiente.pdf](http://www.museologia.org.br/simposio/images/stories/apresentacoes/Mesa_02_Karla-Matos-Ministerio-Meio-Ambiente.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*. Cartilha. Brasília, 5ª Ed. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Agenda 21 Global. MMA. Aceso em 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Recomendação CONAMA 12/2011. IN: MMA. *Recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da administração pública*. Brasília: Publicação Boletim de Serviço/MMA nº 06, de 08/06/2011.

\_\_\_\_\_. Resolução CONAMA 275/2001. IN: MMA. *Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em 15 mai. 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Projeto Esplanada Sustentável*. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel>>. Acesso em 20 mai. 2013.

NATURA. *Política de Meio Ambiente* [internet]. Brasil. Disponível em: <<http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=5&MenuItem=32>>. Acesso em 24 mai. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Compromissos e demandas para a construção do futuro que queremos*. ONU. Disponível em: <[www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde\\_Resumodas\\_Conclusoes.pdf](http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_Resumodas_Conclusoes.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

RÊGO, G. S., PIMENTA, H. C. D., SARAIVA, V. M. *Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN*. Holos, Ano 27, Vol. 4, p.29-50, set, 2011. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/655>>. Acesso em 29 mai. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2010*. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012.

SOUZA, Renata Marisa Correia de. *A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo*. Porto Santo, 2006. 213 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo) – Universidade da Madeira, 2006.

TACHIZAWA, T., POZO, H. *Monitoramento do Passivo Socioambiental com o suporte da tecnologia de informação*. R. Gest. Tecn. Sist. Inf. /JISTEM Journal of Information Systems and Technology Management, Brazil Vol.7, No. 1, 2010, p. 95-120. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jistm/v7n1/05.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2013.

TEIXEIRA, M. G. C., AZEVEDO, L. P. *A Agenda Ambiental Pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira*. REAd | Porto Alegre – Edição 74 - Nº 1 – jan/abr 2013 – p. 139-164. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/read/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2013.

VOLPON, C. T., MACEDO-SOARES, T. D. L. v. A. de. *Alinhamento estratégico da responsabilidade socioambiental corporativa em empresas que atuam em redes de relacionamento: resultados de pesquisa na Petrobras*. RAP, Rio de Janeiro, 41(3):391-418, Maio/Jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v41n3/a02v41n3.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2013.

APÊNDICE A – Fotos do lançamento da A3P





APÊNDICE B – Fotos do Plantio de 300 mudas de árvores nativas



APÊNDICE C – Fotos dos adesivos







APÊNDICE D – Fotos da distribuição do kit ecológico aos alunos





APÊNDICE E – Fotos das lixeiras e *containers* utilizados na coleta seletiva







## APÊNDICE F – Banner e cartaz para ser utilizado nas oficinas de sensibilização




# O QUE EU POSSO RECICLAR ?




## PAPEL




Recicláveis	Não Recicláveis
Folhas e aparas de papel Jornais Revistas Caixas Papelião Formulários de computador Cartolinas Cartões Envelopes Rascunhos escritos Fotocópias Folhetos Impressos em geral Tetra Pak	Adesivos Etiquetas Fita Crepe Papel carbono Fotografias Papel toalha Papel higiênico Papéis engordurados Metalizados Parafinados Plastificados Papel de fax



## PLÁSTICO



Recicláveis	Não Recicláveis
Tampas Potes de alimentos PET Copos descartáveis Recipientes de limpeza Higiene PVC Sacos plásticos Brinquedos Balde Espirais e capas	Cabo de panela Tomadas Adesivos Espuma Teclados de computador Acrílicos  <b>- Isopor tem reciclagem em algumas localidades!</b>



## METAL



Recicláveis	Não Recicláveis
Latas de alumínio Latas de aço: óleo, sardinha, molho de tomate Ferragens Canos Esquadrias Arame	Clipes Grampos Espanja de aço Latas de tinta ou veneno Latas de combustível Pilhas Baterias

**Se possível amasse**

## VIDRO



Recicláveis	Não Recicláveis
Potes de vidro Copos Garrafas Embalagens de molho Frascos de vidro	Planos Espelhos Lâmpadas Cerâmicas Porcelanas Cristal Ampolas de medicamentos

**Podem estar inteiro ou quebrados**

## MATERIAIS RECICLÁVEIS

Papel (Folha de caderno, cartazes, cartolinas, etc)

Metal (latas de alumínio, latas de aço, etc)

Vidro (copos, garrafas, potes, frascos, etc)

Plástico (copos, sacos e sacolas, garrafas, tampas, embalagens lavadas de produto de limpeza, potes de alimentos, frascos, utilidades domésticas, PVC, tubos e conexões, brinquedos, baldes, etc)

Papelão

Embalagens PET

Embalagens Tetra Pak

Caneta (sem a tinta)



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIÁS  
Campus Rio Verde - GO



## MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

Guardanapos engordurados

Papel Toalha

Papel Higiênico

Adesivos, etiquetas, fita crepe

Grampos e Clipes

Esponjas de aço

Latas enferrujadas

Pote mole de iogurte

Embalagem de bala e chiclete

Embalagem de Salgadinho e biscoito

Bitucas de Cigarro

Isopor

Pilhas e Baterias

Lâmpadas



## ANEXO A – TERMO DE ADESÃO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**TERMO DE ADESÃO -  
MMA-A3P/2012, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA – CAMPUS RIO VERDE,  
PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.**

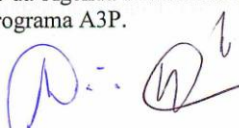

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, **FRANCISCO GAETANI**, brasileiro, divorciado, nomeado pelo Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 606.196-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 297.500.916-04, e o (a) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO CAMPUS RIO VERDE**, CNPJ/MF sob n.º 10651417/0005-00, Inscrição Estadual ISENTA, localizado na Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural - Rio Verde GO., CEP 75.901-970, representado neste ato por seu Diretor Geral Anísio Correa da Rocha, designado pela Portaria de nº 25 de 18/01/2012, publicada no D.O.U. de 19/01/2012, CPF nº. 178.055.381-15, portador da Carteira de Identidade nº. 1392728, expedida pela SSP-GO, residente e domiciliado na Rua 11, Q 18, Lt 15, Pq dos Buritis II, na cidade de Rio Verde-Go., no uso de suas atribuições conforme designação Portaria de nº 25 de 18/01/2012, publicada no D.O.U. de 19/01/2012, doravante denominado **INSTITUIÇÃO**, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da **INSTITUIÇÃO**, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os participantes adotarão a metodologia constante do "Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P", assim como as orientações do Programa A3P.

A  



**Parágrafo Primeiro.** Poderão ser acrescentadas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.

**Parágrafo Segundo.** Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

I - promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da **INSTITUIÇÃO**;

II - estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;

III - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; e

IV - melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

**Parágrafo Terceiro.** Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o **MMA/A3P** e a **INSTITUIÇÃO** poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

I - Caberá à **INSTITUIÇÃO**:

a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da **INSTITUIÇÃO**;

b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a **INSTITUIÇÃO**;

c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;

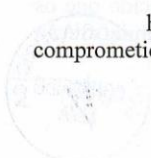
d) estabelecer cronograma para implementação das ações;

e) promover metodologia para mensuração do desempenho da **INSTITUIÇÃO**;

f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;

g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria **INSTITUIÇÃO** para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

h) desenvolver sub-programa de formação do “servidor educador socioambiental” comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P.





i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados qualitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

**II - Caberá ao MMA/A3P:**

a) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na realização do seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;

b) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;

c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a **INSTITUIÇÃO** nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;

e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;

f) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho;

g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;

h) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública;

i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da **INSTITUIÇÃO**.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**


O presente Termo de Adesão vigorará pelo **prazo de cinco anos**, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**CLÁUSULA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento, serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos signatários.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

**Parágrafo Único.** Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES**

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

#### **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União, até quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta correr no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA**

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES**

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado a(o) Diretor(a) do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Parágrafo Primeiro.** O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.





**Parágrafo Segundo.** Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente e, em última instância, quando os partícipes integrarem a esfera federal, submeter eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, por meio de conciliação ou arbitramento, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e conforme as disposições contidas na Portaria AGU nº 1.281, de 27 de setembro de 2007.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2012.

**FRANCISCO GAETANI**  
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

**ANÍSIO CORREA DA ROCHA**  
Diretor Geral  
Instituição

**Testemunhas:**

1- *Elma Aparecida Vieira*  
RG: 2690 769  
CPF: 463 724871-15

2- *Neila Cristina de Resende*  
RG: 4299106 - DGDC-60  
CPF: 878.426.404-34



PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P

1. DADOS CADASTRAIS

<b>Órgão</b> IFGoiano – Câmpus Rio Verde		<b>CNPJ/MF</b> 10.651.417/0005-00	
<b>Endereço</b> Rod. Sul Goiana, SN, Km 01, Zona Rural			
<b>Cidade</b> Rio Verde	<b>UF</b> GO	<b>CEP</b> 75.901-970	<b>DDD/Telefone</b> 64 3620 5600
<b>Nome do Responsável</b> Anisio Correa da Rocha		<b>CPF</b> 178.055.381-15	<b>CI/Órgão Exp.</b> 1392728 SSP-GO
<b>Endereço</b> Rua 11, Q-18, Lt 15		Pq dos Buritis	
<b>Cidade</b> Rio Verde	<b>UF</b> Go	<b>CEP</b> 75.907-320	<b>DDD/Telefone</b> 64 3620 5650

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>Título do Projeto:</b> Implantação da A3P no IFGoiano-Câmpus Rio Verde	<b>Período de Execução (05 anos)</b> Junho / 2012 a Junho/2017
<b>Identificação do Objeto:</b>	
<b>Metas a serem atingidas:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Criar a Comissão Gestora da Agenda;</li><li>2. Realizar o Diagnóstico Socioambiental;</li><li>3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental;</li><li>4. Realizar a Capacitação e a Sensibilização;</li><li>5. Realizar a Avaliação e o Monitoramento.</li></ol>	

### 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

METAS	ETAPAS	Início	Término
<b>1. Comissão Gestora da A3P</b>	1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;	JUL/12	DEZ/12
	1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);	SET/12	NOV/12
	1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.	MAI/12	AGO/12
<b>2. Diagnóstico Socioambiental</b>	2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;	SET/12	DEZ/12
	2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;	SET/12	DEZ/12
	2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;	SET/12	DEZ/12
	2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;	SET/12	DEZ/12
	2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;	SET/12	DEZ/12
	2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.	SET/12	DEZ/12
<b>3. Plano de Gestão Socioambiental</b>	3.1. Definir os objetivos do plano;;	SET/12	OUT/12
	3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;	SET/12	DEZ/12
	3.3. Definir as metas a serem alcançadas;	SET/12	DEZ/12
	3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;	SET/12	DEZ/12
	3.5. Definir as medidas de monitoramento;	SET/12	DEZ/12
	3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.	SET/12	DEZ/12
<b>4. Sensibilização e Capacitação</b>	4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;	SET/12	DEZ/12
	4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;	SET/12	DEZ/12
	4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc;	SET/12	DEZ/12
	4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc;	SET/12	DEZ/12
	4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos	SET/12	DEZ/12

	servidores;		
	4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;	01/13	SET/17
	4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.	SET/12	SET/17
<b>5. Avaliação e o Monitoramento</b>	5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais;	SET/12	DEZ/12
	5.2. Realizar avaliações periódicas do plano;	SET/12	SET/17
	5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;	SET/12	SET/13
	5.4. Reprogramar as ações se necessário;	SET/12	SET/13
	5.5. Preencher o sistema de monitoramento do MMA.	SET/12	SET/17

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2012.




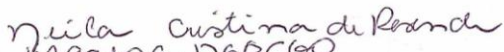
**FRANCISCO GAETANI**  
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente



**ANÍSIO CORREA DA ROCHA**  
Diretor Geral  
**INSTITUIÇÃO**

Testemunhas:

1-  Elma Aparecida Vairo  
RG: 2690769  
CPF: 463794871-15

2-  Neila Cristina de Rosendo  
RG: 4299306-106060  
CPF: 878426101-34

## ANEXO B – Questionário da Pesquisa de Clima Organizacional

Caro Colaborador

A pesquisa de clima organizacional é um instrumento voltado para a análise do ambiente interno a partir de levantamento de suas necessidades. Objetiva mapear ou retratar os aspectos críticos que configuram “o momento motivacional” dos colaboradores da empresa.

Responda de forma mais sincera possível para que o instrumento revele exatamente como os integrantes da empresa estão sentindo o ambiente de trabalho neste exato momento. A sua identidade será preservada e os dados são sigilosos.

Assinale apenas uma alternativa.

### Pesquisa de Clima Organizacional

1. A quanto tempo você trabalha na Instituição?  
 menos de 01 ano    de 01 a 03 anos    de 03 a 05 anos  
 de 05 a 08 anos    de 08 a 10 anos    mais de 10 anos
2. O relacionamento entre as pessoas da minha equipe é:  
 excelente    bom    mais ou menos    ruim  
 muito ruim    não sei
3. A relação entre os colegas de trabalho e o superior imediato é:  
 excelente    bom    mais ou menos    ruim  
 muito ruim    não sei
4. A autonomia que tenho para propor melhorias na execução do meu trabalho é:  
 muito satisfatório    satisfatório  
 pouco satisfatório    muito pouco satisfatório
5. Na minha opinião a Instituição possui interesse verdadeiro e transparente no bem-estar dos seus servidores:  
 sempre    às vezes    raramente    nunca
6. A Administração (Diretor, Gestores...) sabe o que quer realizar, inspira confiança aos funcionários e os estimula a ter melhor desempenho.  
 sempre    às vezes    raramente    nunca
7. De modo geral, a Instituição é uma organização bem administrada e gerenciada com eficácia, ou seja, alcança seus objetivos.  
 sempre    às vezes    raramente    nunca
8. O grau de confiança entre os Diretores e os servidores é:  
 muito satisfatório    satisfatório    mais ou menos satisfatório  
 pouco satisfatório    muito pouco satisfatório    não sei
9. Existe estimulação a comunicação aberta, honesta e há feedback (retorno sobre suas atitudes que o ajude a melhorar) em todos os níveis:  
 sempre    às vezes    raramente    nunca
10. A qualidade do serviço produzido na Instituição é:  
 excelente    bom    mais ou menos    ruim  
 muito ruim    não sei



11. Disponho de informação suficiente para desempenhar minha função.  
( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
12. O superior imediato estimula novas idéias no ambiente de trabalho.  
( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
13. Compreendo bem as metas do meu setor/unidade/departamento.  
( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
14. Na minha área de trabalho, trabalhamos em equipe de maneira eficaz.  
( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
15. Recebo regularmente e no momento oportuno comentários sobre meu desempenho.  
( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
16. Sinto-me reconhecido pelo trabalho que executo.  
( ) muito reconhecido ( ) reconhecido ( ) mais ou menos reconhecido  
( ) pouco reconhecido ( ) muito pouco reconhecido ( ) não sei
17. Sinto-me em relação aos critérios utilizados para promoções interna.  
( ) muito satisfeito ( ) satisfeito ( ) mais ou menos satisfeito  
( ) pouco satisfeito ( ) muito pouco satisfeito ( ) não sei
18. A quantidade de treinamento que venho recebendo é:  
( ) muito satisfatório ( ) satisfatório ( ) mais ou menos satisfatório  
( ) pouco satisfatório ( ) muito pouco satisfatório ( ) não sei
19. Com relação à carga horária de trabalho você está:  
( ) muito satisfeito ( ) satisfeito ( ) mais ou menos satisfeito  
( ) pouco satisfeito ( ) muito pouco satisfeito ( ) não sei
20. Levando tudo isso em consideração, me sinto em trabalhar aqui:  
( ) muito satisfeito ( ) satisfeito ( ) mais ou menos satisfeito  
( ) pouco satisfeito ( ) muito pouco satisfeito ( ) não sei

Muito obrigado por participar da pesquisa.

ANEXO C – Proposta de Treinamento para os servidores do Instituto Federal Goiano –  
Câmpus Rio Verde

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
CÂMPUS RIO VERDE**

**COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA-A3P**

**PROPOSTA DE TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES DO CÂMPUS RIO VERDE**

**RIO VERDE  
2013**

## **Objetivo Geral**

Implantar programa de qualidade de vida no ambiente de trabalho no Instituto Federal Goiano - Câmpus Rio Verde, como parte das ações de Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

## **Objetivos Específicos:**

- 1) Promover treinamento e desenvolvimento pessoal para Diretores e Gestores abordando temas como: Liderança, Relação Interpessoal, Empreendedorismo, Comunicação e Feedback
- 2) Promover treinamento e desenvolvimento pessoal para Professores e Servidores Técnico Administrativo abordando temas como: Motivação, Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe.

## **Justificativa**

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público. A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho é um eixo temático da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com o propósito de promover saúde e bem estar aos servidores do Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde.

Segundo Chiavenatto (1999) o termo Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) foi cunhado por Louis Davis na década de 1970. Para este autor o termo QVT referia à preocupação com o bem-estar geral e a saúde dos trabalhadores tanto no que se refere aos aspectos físicos e ambientais como nos aspectos psicológicos no ambiente de trabalho.

A qualidade de vida no trabalho afeta atitudes pessoais e comportamentais relevantes para a produtividade individual e grupal. São vários fatores que envolvem a QVT dentre eles estão: satisfação com o trabalho executado; possibilidades de futuro na Instituição; reconhecimento pelos resultados alcançados; salário percebido; benefícios; relacionamento humano dentro da organização; ambiente psicológico e físico no trabalho.

O clima organizacional representa fator importante na determinação da QVT. Buscando avaliar o clima organizacional da Instituição, no momento atual, foi aplicada uma pesquisa de clima organizacional, que é um instrumento voltado para fazer análise do ambiente interno, e mapear os aspectos positivos e negativos que configuram o momento motivacional dos servidores da Instituição.

Os resultados encontrados apontaram vários aspectos positivos tais como o relacionamento entre gestores e demais servidores, autonomia em propor melhorias na execução do trabalho, reconhecimento pelo trabalho que realiza. Por outro lado apontaram alguns aspectos que precisam ser melhorados na Instituição através de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal envolvendo os temas: liderança, empreendedorismo, desenvolvimento de equipe, motivação, melhoras na comunicação e no feedback.

Desenvolvimento sobre empreendedorismo consiste em desenvolver o conceito de si, enfocando a autonomia, a autoconfiança, a perseverança, a determinação, a criatividade, a liderança e a flexibilidade. Capacita as pessoas para definir melhor as situações e imaginar visões sobre o que desejam alcançar.

Liderança é uma atividade que pode influenciar pessoas fazendo-as empenharem-se, voluntariamente, em objetivos de equipe. O impacto do perfil e da eficácia do líder está diretamente ligado ao resultado das equipes e das organizações. Sendo assim, desenvolver habilidades e competências dos líderes pode ser um diferencial para a Instituição.



Comunicar-se bem é o que leva pessoas a viver de forma assertiva e buscar compreensão nos ambientes onde atuam. A palavra pode ser transformada num instrumento de motivação e inspiração, deixando de ser apenas uma informação.

O treinamento sobre trabalho em equipe visa melhorar cada indivíduo em relação ao grupo, aprimorando as relações interpessoais ensinando a valorizar a comunicação entre os membros da equipe. Proporciona ao grupo vislumbrar vantagens do trabalho em equipe, tais como, complementaridade, interdependência e sinergismo de ações, disposição para compartilhar objetivos e resultados.

É cada vez maior o número de organizações que buscam aprimoramentos pessoais, profissionais e institucionais. O treinamento deve ser visto como investimento. Treinar é ensinar, mudar comportamento, fazer com que as pessoas adquiram novos conhecimentos, ou seja, ensiná-las a mudar de atitude.

O treinamento é uma maneira eficaz de agregar valor às pessoas e a Instituição, é focalizado no presente, buscando melhorar as habilidades e capacidades relacionadas com o desempenho imediato do cargo. O desenvolvimento de pessoas é orientado a novas habilidades e capacidades que serão exigidas. Por meio de treinamento e desenvolvimento as pessoas podem assimilar informações, aprender e desenvolver habilidades, desenvolver atitudes e comportamentos diferentes.

O processo de treinamento é um importante fator de desenvolvimento humano preponderante para a motivação e para que o colaborador se sinta reconhecido e valorizado.

Ao final do programa os colaboradores deverão desenvolver habilidades fundamentais, que os auxiliem no exercício de seus papéis no tocante aos temas desenvolvidos.

### **Metodologia**

Partindo do pressuposto de que a aprendizagem duradoura e efetiva precisa ser aplicada e vivenciada e como foco em competências, o programa de treinamento consistirá em 30% de teoria e 70% de atividade vivencial, através de aplicação de dinâmicas, realização de exercícios individuais e em grupo, plano de transferência para a unidade de trabalho, possibilitando a internalização dos conceitos experienciados, incorporando o conhecimento e um conjunto de habilidades, atitudes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

Responsabilidade Socioambiental.<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>.> acesso em 11/11/12.